

No. 47618

**Mexico
and
Brazil**

Cooperation Treaty on mutual legal assistance in criminal matters between the United Mexican States and the Federative Republic of Brazil. Mexico City, 6 August 2007

Entry into force: *15 October 2009 by notification, in accordance with article 34*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Mexico, 9 July 2010*

**Mexique
et
Brésil**

Traité de coopération pour l'entraide judiciaire en matière pénale entre les États-Unis du Mexique et la République fédérative du Brésil. Mexico, 6 août 2007

Entrée en vigueur : *15 octobre 2009 par notification, conformément à l'article 34*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Mexique, 9 juillet 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**TRATADO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM
MATÉRIA PENAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS E A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

Os Estados Unidos Mexicanos e a República Federativa do Brasil (doravante denominados “as Partes”),

CONSIDERANDO os laços de amizade e cooperação que unem as Partes;

ANIMADOS pelo desejo de fortalecer sua colaboração em matéria de cooperação jurídica internacional em matéria penal;

ATUANDO em conformidade com suas legislações internas, bem como com pleno respeito aos princípios universais de direito internacional, em especial aos de igualdade soberana e de não-intervenção nos assuntos internos;

Acordaram o seguinte:

**ARTIGO 1
OBRIGAÇÃO DE CONCEDER COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

1. As Partes deverão, conforme o presente Tratado, prestar cooperação jurídica internacional em matéria penal.

2. A cooperação jurídica internacional será prestada, de acordo com o presente Tratado, inclusive se as ações ou omissões que fundamentam os pedidos de cooperação não sejam consideradas delitos pela legislação interna da Parte Requerida, exceto nos casos em que os pedidos necessitem medidas acautelatórias, tais como execução de medidas assecuratórias, busca e apreensão e perdimento.

3. O presente Tratado abarcará as investigações e procedimentos judiciais relativos a qualquer delito previsto na legislação interna das Partes.

4. O presente Tratado será aplicado a qualquer pedido de cooperação jurídica internacional apresentado após sua entrada em vigor, inclusive se as respectivas omissões ou atos tenham ocorrido antes dessa data.

5. Para os propósitos do presente Tratado, as autoridades competentes para enviar pedido de cooperação jurídica internacional à sua Autoridade Central são aquelas responsáveis por conduzir investigações, persecuções ou processos judiciais, conforme a legislação interna da Parte Requerente.

ARTIGO 2 AUTORIDADES CENTRAIS

1. Para assegurar a devida cooperação entre as Partes na prestação da cooperação jurídica internacional objeto do presente Tratado, se designam como Autoridades Centrais, pelos Estados Unidos Mexicanos, a Procuradoria Geral da República e pela República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça. As Partes notificar-se-ão sem demora, por via diplomática, sobre toda modificação de suas Autoridades Centrais e âmbitos de competência.

2. As Autoridades Centrais das Partes transmitirão e receberão diretamente os pedidos de cooperação jurídica internacional a que se refere o presente Tratado e suas respostas.

3. A Autoridade Central da Parte Requerida cumprirá os pedidos de cooperação jurídica internacional de forma expedita ou os transmitirá para sua execução à autoridade competente. Quando a Autoridade Central transmitir pedido a uma autoridade competente para execução, estimulará a rápida e adequada execução do pedido por parte da referida autoridade.

ARTIGO 3
ALCANCE DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

A cooperação jurídica internacional compreenderá:

- a) entrega de comunicações de atos processuais;
- b) entrega de documentos, objetos e provas;
- c) intercâmbio de informação;
- d) localização e identificação de pessoas e objetos;
- e) recepção de declarações e testemunhos, assim como realização de laudos periciais;
- f) execução de medidas sobre ativos ou bens tais como medidas assecuratórias, busca e apreensão de objetos, produtos ou instrumentos do crime;
- g) intimação e traslado de testemunhas, vítimas e peritos para comparecer voluntariamente perante autoridade competente na Parte Requerente;
- h) traslado temporário de pessoas detidas para comparecimento em processo penal como testemunhas ou vítimas no território da Parte Requerente ou para outros atos processuais indicados no pedido;
- i) devolução de ativos ou bens;
- j) divisão de ativos ou bens;
- k) autorização de presença ou participação, durante a execução de pedido, de representantes das autoridades competentes da Parte Requerente;

- l) qualquer outra forma de cooperação jurídica internacional em conformidade com os fins do presente Tratado, desde que não seja incompatível com a legislação interna da Parte Requerida.

ARTIGO 4

LIMITAÇÕES NO ALCANCE DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

1. O presente Tratado não faculta às autoridades de uma das Partes exercer, no território da outra Parte, funções cuja competência esteja exclusivamente reservada às autoridades desta outra Parte por sua legislação interna. A presença e participação de autoridades da Parte Requerente a que se refere o Artigo 12 não se consideram contrárias ao disposto neste parágrafo.

2. As disposições do presente Tratado não outorgam direito algum a favor de pessoas físicas ou jurídicas na obtenção, eliminação ou exclusão de provas, ou para impedir o cumprimento de pedido de cooperação jurídica internacional.

3. Do mesmo modo, o presente Tratado não será aplicável a:
- a) detenção de pessoas para extradição, nem a pedidos de extradição;
 - b) execução de sentenças penais, incluído o traslado de apenados; ou
 - c) prestação de cooperação jurídica internacional a terceiros Estados.

ARTIGO 5

MEDIDAS CAUTELARES

1. A pedido expresso da Parte Requerente, e caso o procedimento visado pelo pedido de cooperação jurídica internacional não pareça manifestamente inadmissível, segundo a legislação interna da Parte Requerida, medidas cautelares

pertinentes serão ordenadas por esta última, a fim de manter uma situação existente, de proteger interesses jurídicos ameaçados ou de preservar elementos de prova.

2. Em casos urgentes, e sempre que se tenha fornecido informação suficiente que permita determinar que se tenham satisfeito as condições para ordenar medidas cautelares, estas poderão ser ordenadas desde o anúncio de um pedido de cooperação jurídica internacional e serão canceladas, se a Parte Requerente não formalizar o pedido dentro do prazo concedido para esse fim.

ARTIGO 6 FORMA E CONTEÚDO DO PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

1. O pedido de cooperação jurídica internacional formular-se-á por escrito.

2. A Parte Requerida iniciará imediatamente o cumprimento do pedido de cooperação jurídica internacional ao recebê-lo por fax, correspondência eletrônica ou outro meio de comunicação equivalente, cabendo à Parte Requerente transmitir o original assinado do documento dentro dos dez (10) dias seguintes à sua formulação. A Parte Requerida informará à Parte Requerente os resultados da execução do pedido somente depois de ter recebido o original desse. Se a Parte Requerente comprovar a urgência do pedido, a falta de apresentação formal do pedido não será obstáculo para que, dentro do prazo antes referido, a Parte Requerida notifique os resultados do pedido.

3. O pedido de cooperação jurídica internacional deverá conter:

- a) o nome da Instituição e da autoridade competente encarregada da investigação ou persecução penal;
- b) o propósito do pedido e a descrição da cooperação solicitada;

- c) a descrição dos fatos objeto de investigação ou persecução penal, o texto das disposições legais que tipificam a conduta como fato punível e, quando necessário, o valor correspondente ao dano causado;
- d) o fundamento e descrição de qualquer procedimento especial que a Parte Requerente deseje que se siga ao executar o pedido;
- e) o prazo dentro do qual a Parte Requerente deseja que o pedido seja cumprido; e
- f) o pedido para que representantes das autoridades competentes da Parte Requerente assistam à execução do pedido, se assim for o caso.

4. O pedido de cooperação jurídica internacional também conterà, na medida do possível, informação sobre:

- a) a identificação de pessoas sujeitas a investigação ou processo judicial;
- b) o nome completo, a data de nascimento, o domicílio, o número de telefone das pessoas às quais devem ser entregues comunicações de atos processuais e sua relação com a investigação ou processo judicial em curso;
- c) a indicação e descrição do lugar onde serão realizadas busca e apreensão ou inspeção;
- d) a localização e descrição dos ativos ou bens sujeitos a medidas assecuratórias ou perdimento;
- e) as perguntas a serem formuladas na realização de oitiva de testemunha ou para elaboração de laudo pericial na Parte Requerida; e
- f) qualquer outra informação que possa ser de utilidade à Parte Requerida para cumprimento do pedido.

5. Se a Parte Requerida considera que a informação contida no pedido de cooperação jurídica internacional não é suficiente para seu atendimento, poderá solicitar informação adicional.

**ARTIGO 7
IDIOMAS**

1. Todo pedido de cooperação jurídica internacional, os documentos anexos e as informações adicionais, com base no presente Tratado, deverão estar acompanhados da respectiva tradução oficial ou certificada pela Autoridade Central da Parte Requerente ao idioma da Parte Requerida.

2. A transmissão espontânea de meios de prova e de informações, a que se refere o Artigo 22, fica dispensada de tradução.

**ARTIGO 8
DENEGAÇÃO OU ADIAMENTO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

1. A cooperação jurídica internacional poderá ser denegada quando:
 - a) o cumprimento do pedido de cooperação jurídica internacional possa ofender a segurança, ordem pública ou outros interesses essenciais da Parte Requerida;
 - b) o cumprimento do pedido de cooperação jurídica internacional seja contrário à legislação interna da Parte Requerida ou não se ajuste às disposições do presente Tratado;
 - c) a execução do pedido de cooperação jurídica internacional seja contrária às obrigações internacionais da Parte Requerida;
 - d) o pedido de cooperação jurídica internacional referir-se a ações pelas quais a pessoa processada na Parte Requerente já foi condenada ou absolvida pelos mesmos fatos na Parte Requerida ou a ação penal tenha sido prescrita;
 - e) o pedido de cooperação jurídica internacional referir-se a delitos militares que não estejam contemplados na legislação penal comum;
 - f) o pedido de cooperação jurídica internacional referir-se a delito que se considera como político na Parte Requerida. A Parte Requerida não considerará como delitos políticos atos cuja tipificação esteja contemplada em tratados internacionais que vinculem ambas as Partes;

- g) houver razões fundadas para que a Parte Requerida acredite que o pedido de cooperação jurídica internacional foi solicitado com o intuito de processar uma pessoa por razões ligadas à sua raça, sexo, religião, nacionalidade, origem étnica, ao fato de pertencer a grupo social determinado, ou às suas opiniões políticas, ou que a situação dessa pessoa possa ser prejudicada por qualquer dessas razões;
- h) o pedido de cooperação jurídica internacional referir-se a delito que seja punível com a pena de morte;
- i) o pedido de cooperação jurídica internacional referir-se a fatos com base nos quais a pessoa sujeita a investigação ou a processo tenha sido definitivamente absolvida ou condenada pela Parte Requerida; e
- j) o pedido de cooperação jurídica internacional não reúna os requisitos do presente Tratado.

2. O sigilo bancário ou tributário não poderá ser usado como motivo para negar a cooperação jurídica internacional.

3. A Parte Requerida poderá diferir ou denegar o cumprimento do pedido de cooperação jurídica internacional quando considerar que sua execução possa prejudicar ou obstaculizar uma investigação ou processo judicial em curso em seu território.

4. Antes de recusar ou de adiar a execução de um pedido de cooperação jurídica internacional, a Parte Requerida analisará a possibilidade de que a cooperação se conceda sob as condições que julgar necessárias. Se a Parte Requerente aceitar a cooperação condicionada, esta será prestada conforme tais condições.

5. Se a Parte Requerida decidir denegar ou adiar a cooperação jurídica internacional, informará dos motivos de tal decisão à Parte Requerente, por intermédio de sua Autoridade Central.

**ARTIGO 9
VALIDADE DOS DOCUMENTOS**

1. Os documentos remetidos no âmbito do presente Tratado, e certificados pelas autoridades competentes ou Centrais da Parte Remetente serão aceitos sem legalização ou outra forma de autenticação. Não obstante o anterior, a pedido da Parte Requerente, os documentos remetidos no âmbito do presente Tratado poderão ser autenticados de forma diferente conforme assinalado no pedido de cooperação jurídica internacional, se isso não contradisser a legislação interna da Parte Requerida.

2. Para os fins do presente Tratado, os documentos que se reconhecem como oficiais no território de uma das Partes serão reconhecidos como tais no território da outra Parte.

**ARTIGO 10
CONFIDENCIALIDADE E LIMITAÇÕES AO EMPREGO DA INFORMAÇÃO**

1. Por solicitação da Autoridade Central da Parte Requerente, e conforme seu ordenamento jurídico, a Parte Requerida assegurará a confidencialidade da recepção do pedido de cooperação jurídica internacional, seu conteúdo e qualquer providência tomada com respeito a esse, a menos que sua quebra seja necessária para executar o pedido. Se para a execução do pedido de cooperação jurídica internacional for necessária a quebra da confidencialidade, a Parte Requerida solicitará autorização da Parte Requerente, mediante comunicação escrita. Sem a autorização, o pedido não se executará.

2. A Parte Requerente não usará nenhuma informação ou prova obtida mediante o presente Tratado para fins distintos aos declarados no pedido de cooperação jurídica internacional, sem prévia autorização da Parte Requerida.

3. Em casos particulares, se a Parte Requerente necessitar divulgar e utilizar, total ou parcialmente, a informação ou prova para propósitos diferentes aos especificados, solicitará a autorização correspondente à Parte Requerida, a qual poderá aceder ou denegar, total ou parcialmente, o solicitado.

4. O uso de qualquer informação ou prova que tenha sido obtida conforme o presente Tratado e que tenha caráter público na Parte Requerente dentro da investigação ou do procedimento descrito no pedido de cooperação jurídica internacional, não estará sujeito à restrição a que se refere o parágrafo anterior.

ARTIGO 11

EXECUÇÃO DE PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

1. O cumprimento de pedido de cooperação jurídica internacional será realizado segundo a legislação interna da Parte Requerida e conforme as disposições do presente Tratado. O pedido será executado sem demora.

2. A Parte Requerida cumprirá o pedido de cooperação jurídica internacional de acordo com as formas e procedimentos especiais indicados no pedido da Parte Requerente, desde que esses não sejam incompatíveis com a legislação interna da Parte Requerida.

3. A Autoridade Central da Parte Requerida remeterá oportunamente a informação e as provas obtidas como resultado da execução do pedido de cooperação jurídica internacional à Autoridade Central da Parte Requerente.

4. Quando não for possível cumprir o pedido de cooperação jurídica internacional, no todo ou em parte, a Autoridade Central da Parte Requerida informá-lo-á imediatamente à Autoridade Central da Parte Requerente e dará ciência das razões que impeçam seu cumprimento.

ARTIGO 12
PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA PARTE REQUERENTE NA
EXECUÇÃO DO PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

1. A Parte Requerente poderá solicitar à Parte Requerida a presença de representantes de suas autoridades competentes na execução do pedido de cooperação jurídica internacional, podendo requerer que na obtenção de prova testemunhal ou pericial seus representantes elaborem perguntas por meio da autoridade competente da Parte Requerida.

2. A presença e participação de representantes deverá estar previamente autorizada pela Parte Requerida, a qual informará com antecedência à Parte Requerente sobre a data e o lugar da execução do pedido de cooperação jurídica internacional.

3. A Parte Requerente remeterá a relação dos nomes, cargos e motivo da presença de seus representantes, com um prazo razoável de antecedência à data da execução do pedido de cooperação jurídica internacional.

ARTIGO 13
ENTREGA DE COMUNICAÇÕES DE ATOS PROCESSUAIS

1. A Autoridade Central da Parte Requerida procederá, sem demora, à entrega ou trâmite de documentos processuais, de acordo com o pedido de cooperação jurídica internacional.

2. O cumprimento do pedido de cooperação jurídica internacional comprovar-se-á por meio de documento de entrega, datado e assinado pelo destinatário, ou por meio de declaração da autoridade competente da Parte Requerida constatando o fato, a data e a forma da entrega de comunicações de atos processuais.

ARTIGO 14
IMUNIDADES, DIREITOS E INCAPACIDADES

1. Se um particular que possa ver-se afetado pela execução do pedido de cooperação jurídica internacional invocar imunidade, direito ou incapacidade de

acordo com a legislação interna da Parte Requerida, tal invocação será decidida pela autoridade competente da Parte Requerida com anterioridade ao cumprimento do pedido e comunicada à Parte Requerente por meio da Autoridade Central.

2. Se o particular invocar imunidade, direito ou incapacidade de acordo com a legislação interna da Parte Requerente, tal invocação será informada por intermédio das respectivas Autoridades Centrais a fim de que as autoridades competentes da Parte Requerente resolvam a respeito.

ARTIGO 15 OBTENÇÃO DE PROVAS NA PARTE REQUERIDA

1. A Parte Requerida obterá em seu território declarações de testemunhas e vítimas, perícias, documentos, objetos e demais provas assinaladas no pedido de cooperação jurídica internacional, de acordo com sua legislação interna e os transmitirá à Parte Requerente.

2. Mediante solicitação prévia da Parte Requerente, a Autoridade Central da Parte Requerida informará à Autoridade Central da outra Parte a data e o local onde será realizada a tomada do testemunho ou a respectiva produção de prova.

3. Conforme o parágrafo 1 deste Artigo, a Parte Requerida entregará à Parte Requerente as certidões das diligências, assim como os documentos, certidões, arquivos, provas ou objetos, a respeito dos quais o pedido de cooperação jurídica internacional tenha sido formulado.

4. A fim de executar o pedido de cooperação jurídica internacional, a autoridade competente da Parte Requerida poderá intimar pessoa cuja presença seja requerida para comparecer e testemunhar ou apresentar documentos, arquivos ou objetos, sob as mesmas condições em que se faria em investigações ou persecuções penais na referida Parte.

5. A Parte Requerente cumprirá qualquer condição acordada com a Parte Requerida relativa aos documentos ou objetos que lhe sejam entregues, incluindo a proteção do direito de terceiros sobre tais documentos e objetos.

6. A menos que os documentos originais sejam expressamente solicitados, serão fornecidas cópias certificadas pela Autoridade Central ou competente da Parte Requerida. A Parte Requerida poderá denegar a entrega dos documentos originais se esses forem necessários numa persecução penal em curso em seu território.

7. Por solicitação da Parte Requerida, a Parte Requerente devolverá, sem demora, os originais dos documentos e objetos que lhe tenham sido entregues de acordo com o parágrafo 1 do presente Artigo.

ARTIGO 16 LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS E OBJETOS

Por solicitação da Parte Requerente, as autoridades competentes da Parte Requerida adotarão todas as medidas contempladas em sua legislação interna para a localização e identificação de pessoas e objetos indicados no pedido de cooperação jurídica internacional.

ARTIGO 17 COMPARECIMENTO DE PESSOAS NA PARTE REQUERENTE

1. Quando a Parte Requerente solicitar o comparecimento de pessoa na qualidade de testemunha, vítima ou perito, que se encontre no território da Parte Requerida para prestar testemunho, perícia ou outros atos processuais em seu território, a Parte Requerida procederá a sua intimação e traslado de acordo com o pedido de cooperação jurídica internacional formulado.

2. O traslado da pessoa somente poderá realizar-se se esta manifestar sua aceitação por escrito. Ademais, a pessoa gozará das seguintes garantias na Parte Requerente:

- a) no caso de não comparecimento na Parte Requerente, não lhe será aplicada nenhuma medida cominatória ou sanção;
- b) não será processada, detida ou sujeita a qualquer outra restrição de liberdade pessoal nessa Parte por qualquer delito cometido previamente à sua saída da Parte Requerida. No entanto, será responsável pelo conteúdo do testemunho ou do laudo pericial que fornecer. A garantia prevista neste alínea não terá aplicação se a pessoa, estando em liberdade para abandonar o território da Parte Requerente, não o deixar no período de trinta (30) dias depois de que tenha sido oficialmente notificada de que sua presença já não é requerida, ou, tendo partido, regressar voluntariamente ao território da Parte Requerente; e
- c) não estará obrigada a pronunciar-se em qualquer outro procedimento diferente ao que se refere o pedido de cooperação jurídica internacional.

3. A Parte Requerida notificará à pessoa a ser trasladada, mediante intimação, a qual deverá mencionar as garantias a que se refere o parágrafo anterior e assinalar que as despesas de seu traslado caberão à Parte Requerente, de acordo com o Artigo 31.

4. A Parte Requerida não poderá aplicar sanção ou medidas cominatórias contra a pessoa que, intimada, não compareça.

ARTIGO 18 TRASLADO PROVISÓRIO DE PESSOAS DETIDAS

1. Toda pessoa detida, independentemente de sua nacionalidade, poderá ser trasladada temporariamente à Parte Requerente, com o consentimento da Autoridade Central da Parte Requerida, para prestar declaração como testemunha, vítima ou para outros atos processuais indicados no pedido de cooperação jurídica internacional, com a condição de devolver o detido à Parte Requerida no prazo indicado por essa.

2. O prazo inicial para o traslado da pessoa não poderá ser superior a noventa (90) dias. O tempo de estada da pessoa trasladada poderá ser ampliado pela Autoridade Central da Parte Requerida, mediante pedido fundamentado da Autoridade Central da Parte Requerente. A forma e condições de traslado e retorno da pessoa serão acordadas entre as Autoridades Centrais das Partes.

3. O traslado será denegado:

- a) se a pessoa detida não consentir com o traslado por escrito;
- b) se a sua presença for necessária para a continuação de um processo judicial em curso no território da Parte Requerida;
- c) se o prazo de estada da pessoa na Parte Requerente exceder o prazo fixado para o cumprimento de uma sentença privativa de liberdade na Parte Requerida; ou
- d) se o traslado da pessoa ao território da Parte Requerente puser em risco sua segurança, saúde ou vida.

4. A Parte Requerente custodiará a pessoa trasladada enquanto ela permanecer em seu território. Se as autoridades da Parte Requerida suspenderem a medida restritiva de liberdade da pessoa trasladada, a Parte Requerente deverá regressá-la imediatamente à Parte Requerida.

5. O tempo de estada da pessoa trasladada fora do território da Parte Requerida será computado para fins do cumprimento da sentença penal que tenha sido proferida na Parte Requerida.

6. A pessoa detida que não outorgar seu consentimento para comparecer perante a Parte Requerente não poderá ser submetida a nenhuma medida cominatória ou sanção por esse fato.

ARTIGO 19
PROTEÇÃO DE PESSOAS INTIMADAS OU TRASLADADAS À PARTE
REQUERENTE

Quando necessário, a Parte Requerente assegurará a proteção das pessoas intimadas ou trasladadas a seu território, conforme os Artigos 17 e 18 do presente Tratado.

ARTIGO 20
AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA

1. Qualquer pessoa que deva prestar declaração como testemunha ou perito perante as autoridades judiciais ou o Ministério Público da Parte Requerente e que se encontrar no território da Parte Requerida poderá solicitar que a audiência ocorra por videoconferência conforme o presente Artigo.

2. A Parte Requerida consentirá com a audiência por videoconferência na medida em que o recurso a referido método não seja contrário à sua legislação interna. Se a Parte Requerida não dispõe de meios técnicos que permitam uma videoconferência, a Parte Requerente poderá colocá-los à sua disposição.

3. As seguintes regras aplicar-se-ão à audiência por videoconferência:

- a) a audiência ocorrerá na presença da autoridade competente da Parte Requerida, assistida, caso necessário, por intérprete. Essa autoridade será responsável também pela identificação da pessoa de que se toma declaração e pelo respeito aos princípios fundamentais da legislação interna da Parte Requerida. Se a autoridade da Parte Requerida julgar que os princípios fundamentais de seu direito não estiverem sendo respeitados durante a audiência, tomará imediatamente as providências necessárias para assegurar o prosseguimento da audiência conforme os referidos princípios;
- b) as autoridades competentes das Partes acordarão, se necessário, as medidas relativas à proteção da pessoa de que se tomará declaração;

- c) a audiência será realizada diretamente pela Parte Requerente, ou sob sua direção, conforme sua legislação interna; e
- d) no final da audiência, a autoridade competente da Parte Requerida lavrará uma certidão, indicando a data e local dessa, a identidade da pessoa da qual se tomou declaração, seu conteúdo, assim como as identidades e qualidades das demais pessoas que tenham participado da audiência. Esse documento será transmitido à Parte Requerente.

ARTIGO 21 **CASOS ESPECIAIS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

A Parte Requerida apresentará, em casos especiais, na medida em que suas autoridades competentes possam obtê-los, extratos de expedientes penais ou documentos ou objetos que sejam necessários em investigação ou processo judicial, salvo aqueles documentos e objetos que contenham informação que constitua segredo de Estado.

ARTIGO 22 **TRANSMISSÃO ESPONTÂNEA DE MEIOS DE PROVA E DE INFORMAÇÕES**

1. As autoridades competentes de cada Parte poderão, por intermédio de suas Autoridades Centrais e dentro dos limites de sua legislação interna, sem que um pedido de cooperação jurídica internacional tenha sido apresentado nesse sentido, trocar informações e meios de prova com respeito a fatos penalmente puníveis, quando julguem que essa transmissão seja de natureza tal que permita à outra Parte:

- a) apresentar pedido de cooperação jurídica internacional conforme o presente Tratado;
- b) iniciar processos penais; ou

c) facilitar o desenvolvimento de investigação penal em curso.

2. A Parte que fornecer a informação poderá, conforme sua legislação interna, sujeitar sua utilização pela Parte destinatária a determinadas condições. A Parte destinatária estará obrigada a respeitar tais condições.

ARTIGO 23 MEDIDAS SOBRE ATIVOS OU BENS

1. A Parte Requerente notificará à Parte Requerida das razões que tem para acreditar que os objetos, produtos ou instrumentos do crime se encontram no território dessa Parte.

2. Quando os ativos ou bens forem localizados, a autoridade competente da Parte Requerida, a pedido da Parte Requerente, decretará as medidas assecuratórias a seu respeito e tomará as medidas necessárias para evitar sua transação, transferência ou alienação, desde que assim permita sua legislação interna.

3. A cooperação a que se refere os parágrafos 1 e 2 do presente Artigo será baseada nas disposições do presente Tratado, assim como nas disposições correspondentes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em 2000, em particular em seus Artigos 2, 12, 13 e 14, e será aplicada não somente aos delitos previstos nessa Convenção e em seus Protocolos em vigor para as Partes, mas também a qualquer outro fato delitivo.

ARTIGO 24 PERDIMENTO DE ATIVOS OU BENS

1. No caso do pedido de cooperação jurídica internacional referir-se ao perdimento de objetos, produtos ou instrumentos do crime, a autoridade competente da Parte Requerida poderá, se sua legislação interna permitir:

- a) executar a sentença de perdimento proferida por uma autoridade competente da Parte Requerente; ou
- b) iniciar processo com o objeto de obter uma sentença de perdimento, conforme sua legislação interna.

2. Além dos requisitos assinalados no Artigo 6 deste Tratado, o pedido de cooperação jurídica internacional deverá incluir o seguinte:

- a) cópia da sentença de perdimento, devidamente certificada pela autoridade que a expediu;
- b) informação sobre as provas que fundamentam a sentença de perdimento; e
- c) indicação de que a sentença transitou em julgado, requisito ao qual a Parte Requerida poderá renunciar.

3. Em qualquer caso, serão respeitados os direitos de terceiros de boa-fé que possam ser afetados pela execução da sentença de perdimento na Parte Requerida.

ARTIGO 25 DEVOLUÇÃO DE ATIVOS OU BENS

1. Quando um delito tiver sido cometido na Parte Requerente, e existir sentença, os ativos ou bens submetidos a medidas assecuratórias pela Parte Requerida poderão ser devolvidos para a Parte Requerente.

2. Os direitos reclamados por terceiros de boa-fé sobre esses ativos ou bens serão respeitados.

ARTIGO 26
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS APROPRIADOS INDEVIDAMENTE E QUE
FORAM OBJETO DE PERDIMENTO

1. A devolução de recursos públicos obtidos indevidamente e que foram objeto de perdimento será baseada nas disposições do presente Tratado, assim como nas disposições correspondentes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada em 2003, em particular em seu Capítulo V.

2. A devolução será realizada, em regra, com posterioridade à sentença proferida na Parte Requerida. A Parte Requerida, entretanto, poderá devolver os ativos ou bens antes da conclusão de seus procedimentos.

ARTIGO 27
PEDIDOS PARA A DIVISÃO DE ATIVOS OU BENS QUE FORAM OBJETO DE
PERDIMENTO

1. A Parte Requerida poderá solicitar a divisão de ativos ou bens que foram objeto de perdimento à Parte Requerente, conforme as disposições do presente Tratado, incluindo em seu pedido:

- a) a descrição da cooperação prestada, fornecendo detalhes suficientes que permitam à Parte Requerente a identificação dos ativos ou bens que foram objeto de perdimento;
- b) o órgão ou órgãos governamentais envolvidos na execução da cooperação; e
- c) a proporção de ativos ou bens que foram objeto de perdimento que a seu critério corresponde à cooperação fornecida.

2. Se parecer à Parte Requerente que a Parte Requerida prestou cooperação, a Parte Requerente poderá, por acordo mútuo, dividir com a Parte Requerida os ativos ou bens que foram objeto de perdimento. O pedido de divisão de ativos ou bens que foram objeto de perdimento deverá ser feito dentro do prazo de um ano, a partir da data em que a sentença foi proferida, a menos que as Partes acordem de outra forma.

3. A Parte Requerente deverá, sem demora, informar à Parte Requerida, por intermédio de sua Autoridade Central, o resultado do pedido, expressando os motivos de sua decisão.

4. Quando houver vítimas identificáveis, a decisão sobre seus direitos poderá preceder a divisão de ativos ou bens que foram objeto de perdimento entre as Partes.

5. Quando o valor dos ativos ou bens que foram objeto de perdimento convertidos em dinheiro ou a cooperação jurídica internacional prestada pela Parte Requerida for considerada insignificante por ambas Partes, estas poderão acordar em não realizar a divisão.

ARTIGO 28 PAGAMENTO DE ATIVOS OU BENS DIVIDIDOS

1. O resultado da divisão acordada entre as Partes será pago na moeda que as Partes determinarem de acordo mútuo por meio de transferência eletrônica de recursos ou cheque.

2. O pagamento será feito:

- a) ao órgão competente ou conta bancária designada pela Autoridade Central mexicana, quando os Estados Unidos Mexicanos forem a Parte Requerida;
- b) à República Federativa do Brasil, quando a República Federativa do Brasil for a Parte Requerida e será enviado à conta bancária designada pela Autoridade Central brasileira; ou
- c) para qualquer outro beneficiário ou beneficiários que a Parte Requerente designar para tal fim.

**ARTIGO 29
IMPOSIÇÃO DE CONDIÇÕES**

A não ser que as Partes acordem de outra forma, nenhuma delas poderá impor condições quanto ao uso do resultado da divisão de ativos ou bens que foram objeto de perdimento, e em particular exigir a divisão com qualquer outro Estado, organização ou indivíduo.

**ARTIGO 30
MECANISMOS PARA FACILITAR A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL
EM MATÉRIA PENAL**

1. As Partes cooperarão adicionalmente por meio das seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de experiências em matéria de investigação criminal, terrorismo, corrupção, tráfico de pessoas, entorpecentes e insumos químicos, lavagem de dinheiro, crime organizado e delitos conexos, entre outros;
- b) intercâmbio de informações sobre modificações introduzidas em seus sistemas judiciais e novas orientações jurisprudenciais nas matérias que o presente Instrumento abarca; e
- c) capacitação e atualização de funcionários encarregados da investigação e persecução penais.

2. Para a realização das atividades e encontros previstos no presente Tratado, as Autoridades Centrais acordarão a metodologia que se utilizará em cada um deles, assim como sua duração e o número de participantes.

**ARTIGO 31
DESPESAS**

1. A Parte Requerida arcará com as despesas ordinárias da execução de pedidos de cooperação jurídica internacional, salvo as seguintes, que arcará a Parte Requerente:

- a) despesas relativas ao traslado de pessoas a seu território e de regresso, nos termos dos Artigos 17 e 18 do presente Tratado, e a sua estada no território da Parte Requerente, assim como outras despesas pessoais relacionadas com a prestação da cooperação jurídica internacional;
- b) despesas e honorários de peritos;
- c) despesas relativas ao transporte, à estada de representantes de autoridades competentes da Parte Requerente durante a execução do pedido de cooperação jurídica internacional, conforme o Artigo 12, parágrafo 1 do presente Tratado; e
- d) despesas relativas ao envio e devolução de objetos trasladados do território da Parte Requerida para o território da Parte Requerente.

2. Caso o pedido de cooperação jurídica internacional requeira despesas vultosas ou de caráter extraordinário, as Autoridades Centrais das Partes consultar-se-ão para determinar as condições em que se dará cumprimento ao pedido, bem como a maneira como se custearão as despesas.

ARTIGO 32 OUTROS ACORDOS OU INSTRUMENTOS JURÍDICOS

1. As disposições do presente Tratado não prejudicarão pedidos de cooperação jurídica internacional mais amplos que tenham sido ou venham a ser acordados entre as Partes em outros acordos ou instrumentos jurídicos ou que decorram de sua legislação interna.

2. As Partes assegurarão a adoção de todas as medidas necessárias para dar eficácia às disposições do presente Tratado.

ARTIGO 33 CONSULTAS E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. As Autoridades Centrais das Partes, por proposta de qualquer delas, celebrarão consultas sobre temas de interpretação ou aplicação do presente Tratado em geral ou sobre pedido de cooperação jurídica internacional específico.

2. Qualquer controvérsia relacionada com a interpretação ou aplicação do presente Tratado será resolvida por via diplomática.

**ARTIGO 34
DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. O presente Tratado entrará em vigor trinta (30) dias depois da data de recepção da última notificação, pela via diplomática, pela qual as Partes se comuniquem o cumprimento de seus respectivos requisitos legais internos necessários para tal fim.

2. O presente Tratado poderá ser modificado por consentimento mútuo das Partes e as modificações acordadas entrarão em vigor conforme o procedimento estabelecido no parágrafo 1 deste Artigo.

3. O presente Tratado poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes. A denúncia surtirá efeito cento e oitenta (180) dias após a data em que se acuse o recebimento, por via diplomática, da notificação escrita nesse sentido.

4. A denúncia do presente Tratado não prejudicará a conclusão dos pedidos de cooperação jurídica internacional que tenham sido recebidos durante sua vigência.

Assinado na Cidade de Mexico, em seis (6) de agosto de dois mil e sete (2007), em dois exemplares originais nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**PELOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS**



**Eduardo Tomás Medina Mora Icaza
Procurador-Geral da República**

**PELA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**Celso Amorim
Ministro de Relações Exteriores**

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**TRATADO DE COOPERACIÓN SOBRE ASISTENCIA JURÍDICA MUTUA EN
MATERIA PENAL ENTRE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS Y LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL**

Los Estados Unidos Mexicanos y la República Federativa del Brasil (en adelante denominados "las Partes"),

CONSIDERANDO los lazos de amistad y cooperación que unen a las Partes;

ANIMADOS por el deseo de fortalecer su cooperación en materia de asistencia jurídica mutua en materia penal;

ACTUANDO de conformidad con su legislación nacional y con pleno respeto a los principios universales de derecho internacional, en especial a los de igualdad soberana y no intervención en los asuntos internos;

Han convenido lo siguiente:

**ARTÍCULO 1
OBLIGACIÓN DE CONCEDER ASISTENCIA JURÍDICA**

1. Las Partes deberán, de conformidad con el presente Tratado, concederse asistencia jurídica mutua en materia penal.

2. La asistencia jurídica se prestará de acuerdo con el presente Tratado, incluso si las acciones o las omisiones que puedan surgir de las solicitudes de asistencia no son consideradas como delitos por la legislación nacional de la Parte Requerida, excepto en aquellos casos en que las solicitudes de asistencia requieran medidas precautorias, tales como ejecución de aseguramiento o embargo, cateo y decomiso.

3. El presente Tratado abarcará las investigaciones y procedimientos judiciales relativos a cualquier delito previsto por la legislación nacional de las Partes.

4. El presente Tratado se aplicará a cualquier solicitud de asistencia presentada después de su entrada en vigor, inclusive si las omisiones o actos respectivos tuvieron lugar antes de esa fecha.

5. Para los propósitos del presente Tratado, las autoridades competentes para enviar la solicitud de asistencia a su Autoridad Central son las responsables de conducir investigaciones, persecuciones o procesos judiciales de conformidad con la legislación nacional de la Parte Requerente.

ARTÍCULO 2 AUTORIDADES CENTRALES

1. Para asegurar la debida cooperación entre las Partes en la prestación de la asistencia jurídica objeto del presente Tratado, se designan como Autoridades Centrales, por parte de los Estados Unidos Mexicanos, a la Procuraduría General de la República y por parte de la República Federativa del Brasil, al Ministerio de Justicia. Las Partes se notificarán sin demora, por vía diplomática, sobre toda modificación de sus Autoridades Centrales y ámbitos de competencia.

2. Las Autoridades Centrales de las Partes transmitirán y recibirán directamente las solicitudes de asistencia a que se refiere el presente Tratado y las respuestas a éstas.

3. La Autoridad Central de la Parte Requerida cumplirá las solicitudes de asistencia en forma expedita o las transmitirá para su ejecución a la autoridad competente. Cuando la Autoridad Central transmita la solicitud de asistencia a una autoridad competente para su ejecución, alentará la rápida y adecuada ejecución de la solicitud de asistencia por parte de dicha autoridad.

ARTÍCULO 3
ALCANCE DE LA ASISTENCIA JURÍDICA

La asistencia jurídica comprenderá:

- a) notificación y entrega de documentos procesales;
- b) entrega de documentos, objetos y pruebas;
- c) intercambio de información;
- d) localización e identificación de personas y objetos;
- e) recepción de declaraciones y testimonios, así como desahogo de dictámenes periciales;
- f) ejecución de medidas sobre activos o bienes tales como órdenes de embargo o aseguramiento, cateo y decomiso de objetos, productos o instrumentos del delito;
- g) citación y traslado de testigos, víctimas y peritos para comparecer voluntariamente ante autoridad competente en la Parte Requirente;
- h) traslado temporal de personas detenidas a efectos de comparecer en el proceso penal como testigos o víctimas en el territorio de la Parte Requirente o para otras actuaciones procesales indicadas en la solicitud;
- i) devolución de activos o bienes;
- j) división de activos o bienes;
- k) autorización de la presencia o participación, durante la ejecución de una solicitud, de representantes de las autoridades competentes de la Parte Requirente;

- l) cualquier otra forma de asistencia jurídica de conformidad con los fines del presente Tratado, siempre y cuando no sea incompatible con la legislación nacional de la Parte Requerida.

ARTÍCULO 4 LIMITACIONES EN EL ALCANCE DE LA ASISTENCIA

1. El presente Tratado no faculta a las autoridades de una de las Partes a ejercer, en el territorio de la otra Parte, funciones cuya competencia esté exclusivamente reservada a las autoridades de esa otra Parte por su legislación nacional. La presencia y participación de autoridades de la Parte Requirente a que se refiere el Artículo 12, no se consideran contrarias a lo dispuesto en el presente numeral.

2. Las disposiciones del presente Tratado no otorgan derecho alguno a favor de personas físicas o morales en la obtención, eliminación o exclusión de pruebas o a impedir el cumplimiento de una solicitud de asistencia.

- 3. De la misma manera, el presente Tratado no será aplicable a:
 - a) la detención de personas con fines de extradición, ni a las solicitudes de extradición;
 - b) la ejecución de sentencias penales, incluido el traslado de personas condenadas; o
 - c) la asistencia directa a terceros Estados.

ARTÍCULO 5 MEDIDAS PRECAUTORIAS

1. A solicitud expresa de la Parte Requirente y en caso de que el procedimiento requerido en la solicitud de asistencia no parezca manifiestamente inadmisibles, según la legislación nacional de la Parte Requerida, las medidas

precautorias correspondientes serán ordenadas por esta última, con el fin de mantener una situación existente, de proteger intereses jurídicos amenazados o de preservar elementos de prueba.

2. En casos urgentes y siempre que se haya proporcionado la información suficiente que permita determinar que se han satisfecho las condiciones para ordenar medidas precautorias, éstas podrán ser ordenadas desde el anuncio de una solicitud de asistencia y serán canceladas, si la Parte Requerente no formaliza la solicitud de asistencia dentro del plazo concedido para dicho efecto.

ARTÍCULO 6 **FORMA Y CONTENIDO DE LA SOLICITUD DE ASISTENCIA**

1. La solicitud de asistencia se formulará por escrito.

2. La Parte Requerida iniciará inmediatamente el cumplimiento de la solicitud de asistencia al recibirla por fax, correo electrónico u otro medio de comunicación similar, mientras que la Parte Requerente transmitirá el original firmado del documento dentro de los diez (10) días siguientes a su formulación. La Parte Requerida informará a la Parte Requerente los resultados de la ejecución de la solicitud de asistencia sólo después de haber recibido el original de la misma. Si la Parte Requerente comprueba la urgencia de la asistencia, la falta de presentación formal de la solicitud de asistencia no será obstáculo para que dentro del término antes referido, la Parte Requerida notifique los resultados de la solicitud.

3. La solicitud de asistencia deberá contener:

- a) el nombre de la Institución y de la autoridad competente que tiene a su cargo la investigación o el procedimiento penal;
- b) el propósito de la solicitud de asistencia y descripción de la asistencia jurídica solicitada;

- c) la descripción de los hechos materia de investigación o procedimiento penal, el texto de las disposiciones legales que tipifican la conducta como hecho punible y, cuando sea necesario, la cuantía del daño causado;
- d) el fundamento y descripción de cualquier procedimiento especial que la Parte Requirente desee que se practique al ejecutar la solicitud de asistencia;
- e) el plazo dentro del cual la Parte Requirente desea que la solicitud de asistencia sea cumplida; y
- f) en su caso, la petición para que asistan representantes de las autoridades competentes de la Parte Requirente a la ejecución de la solicitud de asistencia.

4. La solicitud de asistencia también contendrá, en la medida de lo posible, la información sobre:

- a) la identificación de personas sujetas a investigación o proceso judicial;
- b) el nombre completo, la fecha de nacimiento, el domicilio, el número de teléfono de las personas a ser notificadas y su relación con la investigación o proceso judicial en curso;
- c) la ubicación y descripción del lugar a catear o inspeccionar;
- d) la ubicación y descripción de los activos o bienes a asegurar o decomisar;
- e) las preguntas a ser formuladas en el desahogo del testimonio o en el dictamen pericial en la Parte Requerida; y
- f) cualquier otra información que pueda ser de utilidad para la Parte Requerida en el cumplimiento de la solicitud de asistencia.

5. Si la Parte Requerida considera que la información contenida en la solicitud de asistencia no es suficiente para efectuarla, podrá solicitar información adicional.

ARTÍCULO 7 IDIOMAS

1. Toda solicitud de asistencia, los documentos adjuntos y la información adicional, con fundamento en el presente Tratado, deberán acompañarse de la respectiva traducción oficial o certificada por la Autoridad Central de la Parte Requiriente al idioma de la Parte Requerida.

2. La transmisión espontánea de medios de prueba y de información, a que se refiere el Artículo 22, queda dispensada de la traducción.

ARTÍCULO 8 DENEGACIÓN O APLAZAMIENTO DE LA SOLICITUD DE ASISTENCIA

1. La solicitud de asistencia podrá ser denegada cuando:
 - a) el cumplimiento de la solicitud de asistencia pueda causar daño a la seguridad, al orden público u otros intereses esenciales de la Parte Requerida;
 - b) el cumplimiento de la solicitud de asistencia sea contraria a la legislación nacional de la Parte Requerida o no se ajuste a las disposiciones del presente Tratado;
 - c) la ejecución de la solicitud de asistencia sea contraria a las obligaciones internacionales de la Parte Requerida;
 - d) la solicitud de asistencia se refiera a acciones por las cuales la persona inculpada en la Parte Requiriente ya fue condenada o absuelta por los mismos hechos en la Parte Requerida o la acción penal haya prescrito;
 - e) la solicitud de asistencia se refiera a delitos militares que no estén contemplados en la legislación penal común;
 - f) la solicitud de asistencia se refiera a un delito que se considera como político en la Parte Requerida. La Parte Requerida no contemplará como delitos políticos actos cuya tipificación esté contenida en tratados internacionales que sean vinculantes para ambas Partes;

- g) existan motivos fundados por la Parte Requerida para creer que la solicitud de asistencia se ha formulado con miras a procesar a una persona por razón de su raza, sexo, religión, nacionalidad, origen étnico, pertenencia a un grupo social determinado u opiniones políticas, o que la situación de esa persona pueda resultar perjudicada por cualquiera de esas razones;
- h) la solicitud de asistencia se refiere a un delito que esté sancionado con la pena de muerte;
- i) la solicitud de asistencia se refiere a hechos con base en los cuales la persona sujeta a investigación o a proceso ha sido definitivamente absuelta o condenada por la Parte Requerida; y
- j) la solicitud de asistencia no reúne los requerimientos del presente Tratado.

2. El secreto bancario o tributario no podrá ser utilizado como argumento para negar la asistencia jurídica.

3. La Parte Requerida podrá denegar o aplazar el cumplimiento de la solicitud de asistencia cuando considere que su ejecución puede perjudicar u obstaculizar una investigación o procedimiento judicial en curso en su territorio.

4. Antes de denegar o aplazar la ejecución de una solicitud de asistencia, la Parte Requerida analizará la posibilidad de que la asistencia jurídica se conceda bajo las condiciones que considere necesarias. Si la Parte Requirente acepta la asistencia bajo estas condiciones, ésta se desahogará conforme a las mismas.

5. Si la Parte Requerida decide denegar o aplazar la asistencia jurídica, lo informará a la Parte Requirente por medio de su Autoridad Central, expresando los motivos de tal decisión.

**ARTÍCULO 9
VALIDEZ DE LOS DOCUMENTOS**

1. Los documentos remitidos en el marco del presente Tratado y certificados por las autoridades competentes o Centrales de la Parte Remitente se aceptarán sin legalización u otra forma de autenticación. No obstante lo anterior, a solicitud de la Parte Requirente, los documentos remitidos en el marco del presente Tratado podrán ser autenticados de forma diferente conforme a lo señalado en la solicitud de asistencia, si ello no contradice la legislación nacional de la Parte Requerida.

2. Para los efectos del presente Tratado, los documentos que se reconocen como oficiales en el territorio de una de las Partes, se reconocen como tales en el territorio de la otra Parte.

**ARTÍCULO 10
CONFIDENCIALIDAD Y LIMITACIONES EN EL EMPLEO DE LA INFORMACIÓN**

1. A petición de la Autoridad Central de la Parte Requirente y de conformidad con su ordenamiento jurídico, la Parte Requerida asegurará la confidencialidad de la recepción de la solicitud de asistencia, su contenido y cualquier actuación emprendida conforme a la misma, salvo que su levantamiento sea necesario para ejecutar el requerimiento. Si para la ejecución de la solicitud de asistencia fuera necesario el levantamiento de la confidencialidad, la Parte Requerida solicitará la autorización de la Parte Requirente mediante comunicación escrita. Sin dicha autorización, la solicitud de asistencia no se ejecutará.

2. La Parte Requirente no utilizará ninguna información o prueba obtenida mediante el presente Tratado para fines distintos a los declarados en la solicitud de asistencia, sin previa autorización de la Parte Requerida.

3. En casos particulares, si la Parte Requiriente necesitara divulgar y utilizar, total o parcialmente, la información o prueba para propósitos diferentes a los especificados, solicitará la autorización correspondiente a la Parte Requerida, la que podrá acceder o denegar, total o parcialmente, lo solicitado.

4. El uso de cualquier información o prueba que haya sido obtenida de conformidad con el presente Tratado y que tenga el carácter de pública en la Parte Requiriente dentro de la investigación o el procedimiento descrito en la solicitud de asistencia, no estará sujeto a la restricción a la que se refiere el numeral anterior.

ARTÍCULO 11 EJECUCIÓN DE LA SOLICITUD DE ASISTENCIA

1. El cumplimiento de la solicitud de asistencia se llevará a cabo de conformidad con la legislación nacional de la Parte Requerida y de acuerdo con las disposiciones del presente Tratado. La solicitud de asistencia se ejecutará a la brevedad.

2. La Parte Requerida cumplirá la solicitud de asistencia de acuerdo con las formas y procedimientos especiales indicados en ella por la Parte Requiriente, salvo cuando éstos sean incompatibles con la legislación nacional de la Parte Requerida.

3. La Autoridad Central de la Parte Requerida remitirá oportunamente a la Autoridad Central de la Parte Requiriente la información y las pruebas obtenidas como resultado de la ejecución de la solicitud de asistencia.

4. Cuando no sea posible cumplir con la solicitud de asistencia, en todo o en parte, la Autoridad Central de la Parte Requerida lo hará saber inmediatamente a la Autoridad Central de la Parte Requiriente e informará las razones que impidan su cumplimiento.

ARTÍCULO 12
PARTICIPACIÓN DE REPRESENTANTES DE LA PARTE REQUIRENTE EN LA
EJECUCIÓN DE LA SOLICITUD DE ASISTENCIA

1. La Parte Requirente podrá solicitar a la Parte Requerida la presencia de representantes de sus autoridades competentes en la ejecución de la solicitud de asistencia, pudiendo requerir que en el desahogo de una prueba testimonial o pericial, sus representantes formulen preguntas por medio de la autoridad competente de la Parte Requerida.

2. La presencia y participación de representantes deberá estar previamente autorizada por la Parte Requerida, la que informará con antelación a la Parte Requirente sobre la fecha y el lugar de la ejecución de la solicitud de asistencia.

3. La Parte Requirente remitirá la relación de los nombres, cargos y motivo de la presencia de sus representantes, con un plazo razonable de anticipación a la fecha de la ejecución de la solicitud de asistencia.

ARTÍCULO 13
NOTIFICACIÓN Y ENTREGA DE DOCUMENTOS

1. Conforme a la solicitud de asistencia, la Autoridad Central de la Parte Requerida procederá, sin demora, a realizar o tramitar la entrega de documentos procesales.

2. El cumplimiento de la solicitud de asistencia se acreditará por medio de un documento de entrega, fechado y firmado por el destinatario o por medio de una declaración de la autoridad competente de la Parte Requerida constatando el hecho, la fecha y la forma de notificación y entrega.

ARTÍCULO 14
INMUNIDADES, DERECHOS E INCAPACIDADES

1. Si un particular que pueda verse afectado por la ejecución de la solicitud de asistencia invoca inmunidad, derecho o incapacidad según la legislación

nacional de la Parte Requerida, esta invocación será resuelta por la autoridad competente de la Parte Requerida con anterioridad al cumplimiento de la solicitud de asistencia y comunicada a la Parte Requirente por medio de la Autoridad Central.

2. Si el particular invoca inmunidad, derecho o incapacidad según la legislación nacional de la Parte Requirente, tal invocación será informada por intermedio de las respectivas Autoridades Centrales, a fin de que las autoridades competentes de la Parte Requirente resuelvan al respecto.

ARTÍCULO 15 OBTENCIÓN DE PRUEBAS EN LA PARTE REQUERIDA

1. La Parte Requerida recabará en su territorio declaraciones de testigos y víctimas, peritajes, documentos, objetos y demás pruebas mencionadas en la solicitud de asistencia, de conformidad con su legislación nacional y los transmitirá a la Parte Requirente.

2. Previa solicitud de la Parte Requirente, la Autoridad Central de la Parte Requerida le informará a la Autoridad Central de la otra Parte, la fecha y el lugar donde se realizará la recepción del testimonio o prueba respectiva.

3. De conformidad con el numeral 1 de este Artículo, la Parte Requerida entregará a la Parte Requirente las actas de las diligencias, al igual que los documentos, actas, archivos, pruebas u objetos, para los cuales se formuló la solicitud de asistencia.

4. A efecto de ejecutar la solicitud de asistencia, la autoridad competente de la Parte Requerida podrá apercibir, mediante citatorio, a la persona cuya presencia se requiera para comparecer y testificar o presentar documentos, archivos u objetos, en las mismas condiciones en que se haría en investigaciones o procedimientos penales en dicha Parte.

5. La Parte Requirente cumplirá toda condición acordada con la Parte Requerida relativa a los documentos u objetos que le entregue, incluyendo la protección de derecho de terceros sobre tales documentos y objetos.

6. A menos que los documentos originales sean expresamente solicitados, se proporcionarán copias certificadas por la Autoridad Central o competente de la Parte Requerida. La Parte Requerida podrá negar la entrega de los documentos originales si éstos fueran necesarios en un procedimiento penal en curso dentro de su territorio.

7. A solicitud de la Parte Requerida, la Parte Requirente devolverá a la brevedad los originales de los documentos y objetos que le hayan sido entregados, de acuerdo con el numeral 1 del presente Artículo.

ARTÍCULO 16 LOCALIZACIÓN E IDENTIFICACIÓN DE PERSONAS Y OBJETOS

A solicitud de la Parte Requirente, las autoridades competentes de la Parte Requerida adoptarán todas las medidas contempladas en su legislación nacional para la localización e identificación de personas y objetos mencionados en la solicitud de asistencia.

ARTÍCULO 17 COMPARECENCIA DE PERSONAS EN LA PARTE REQUIRENTE

1. Cuando la Parte Requirente solicite la comparecencia de una persona en calidad de testigo, víctima o perito, que se encuentre en el territorio de la Parte Requerida, para rendir testimonio, peritaje u otras actuaciones procesales en su territorio, la Parte Requerida procederá a su citación y traslado según la solicitud de asistencia formulada.

2. El traslado de la persona sólo podrá realizarse si ésta manifiesta su aceptación por escrito. Asimismo, gozará de las siguientes garantías en la Parte Requirente:

- a) no se le aplicará medida de apremio o sanción alguna en caso de que no comparezca en la Parte Requirente;
- b) no será procesada, detenida o sujeta a cualquier otra restricción de libertad personal en esa Parte por cualquier hecho delictivo cometido previamente a su salida de la Parte Requerida. Sin embargo, será responsable por el contenido de la declaración testimonial o del dictamen pericial que rinda. La garantía prevista en este inciso no tendrá aplicación si la persona, estando en libertad para abandonar el territorio de la Parte Requirente, no lo deja en un periodo de treinta (30) días después de que oficialmente se le haya notificado que ya no se requiere su presencia, o habiendo partido, regresa voluntariamente al territorio de la Parte Requirente; y
- c) no estará obligada a declarar en cualquier otro procedimiento diferente al que se refiere la solicitud de asistencia.

3. La Parte Requerida notificará a la persona a ser trasladada, mediante citatorio, el que deberá contener las garantías a que se refiere el numeral anterior y señalar que los gastos de su traslado corresponderán a la Parte Requirente, de acuerdo con el Artículo 31.

4. La Parte Requerida no podrá sancionar a la persona o aplicar medidas de apremio en su contra, en caso de que ésta no comparezca a la citación.

ARTÍCULO 18 TRASLADO PROVISIONAL DE PERSONAS DETENIDAS

1. Toda persona detenida, independientemente de su nacionalidad, podrá ser trasladada temporalmente a la Parte Requirente, con el consentimiento de la Autoridad Central de la Parte Requerida, para prestar declaración como testigo, víctima o para otras actuaciones procesales mencionadas en la solicitud de asistencia con la condición de devolver al detenido a la Parte Requerida en el plazo indicado por ésta.

2. El plazo inicial para el traslado de la persona no podrá ser superior a noventa (90) días. El tiempo de estadía de la persona trasladada podrá ser ampliado por la Autoridad Central de la Parte Requerida, mediante una solicitud fundada de la Autoridad Central de la Parte Requirente. La forma y condiciones de traslado y el retorno de la persona, se acordará entre las Autoridades Centrales de las Partes.

3. Se denegará el traslado:

- a) si la persona detenida no consiente en ello por escrito;
- b) si su presencia es necesaria para la continuación de un proceso judicial en curso en el territorio de la Parte Requerida;
- c) si el plazo de estadía de la persona en la Parte Requirente puede exceder el término fijado para el cumplimiento de una sentencia privativa de libertad en la Parte Requerida; o
- d) si el traslado de la persona al territorio de la Parte Requirente pone en riesgo su seguridad, su salud o su vida.

4. La Parte Requirente custodiará a la persona trasladada mientras ésta permanezca en su territorio. Si las autoridades de la Parte Requerida levantan la medida restrictiva de libertad de la persona trasladada, la Parte Requirente deberá regresarla inmediatamente a la Parte Requerida.

5. El tiempo de estadía de la persona trasladada fuera del territorio de la Parte Requerida, se computará para efectos del cumplimiento de la sentencia penal que se le haya dictado en la Parte Requerida.

6. La persona detenida que no otorgue su consentimiento para comparecer ante la Parte Requirente, no podrá ser sometida a ninguna medida de apremio o sanción por este hecho.

ARTÍCULO 19
PROTECCIÓN DE PERSONAS CITADAS O TRASLADADAS A LA PARTE
REQUIRENTE

Cuando sea necesario, la Parte Requirente asegurará la protección de las personas citadas o trasladadas a su territorio, de conformidad con los Artículos 17 y 18 del presente Tratado.

ARTÍCULO 20
AUDIENCIA POR VIDEOCONFERENCIA

1. Cualquier persona que deba prestar declaración como testigo o perito ante las autoridades judiciales o el Ministerio Público de la Parte Requirente y que se encuentre en el territorio de la Parte Requerida, podrá solicitar que la audiencia tenga lugar por videoconferencia de conformidad con el presente Artículo.

2. La Parte Requerida consentirá la audiencia por videoconferencia en la medida en que dicho método no resulte contrario a su legislación nacional. Si la Parte Requerida no dispone de los medios técnicos que permitan una videoconferencia, la Parte Requirente podrá ponerlos a su disposición.

3. Las reglas siguientes se aplicarán a la audiencia por videoconferencia:

- a) la audiencia será realizada en presencia de la autoridad competente de la Parte Requerida, auxiliada en caso de ser necesario por un intérprete. La autoridad también es responsable de la identificación de la persona a la que se toma declaración y del respeto de los principios fundamentales en la legislación nacional de la Parte Requerida. En el caso de que la autoridad de la Parte Requerida estimara que no se respetan los principios fundamentales de su derecho durante la audiencia, adoptará inmediatamente las medidas necesarias para velar porque dicha audiencia prosiga conforme a dichos principios;
- b) las autoridades competentes de las Partes convendrán, de ser necesario, las medidas relativas a la protección de la persona a la que se tomará declaración;

- c) la audiencia se efectuará directamente por la Parte Requirente o bajo su direcci3n, de conformidad con su legislaci3n nacional; y

- d) al t3rmino de la audiencia, la autoridad competente de la Parte Requerida levantar4 un acta, indicando la fecha y lugar de la misma, la identidad de la persona a la que se tom3 declaraci3n, su contenido, as4 como las identidades y calidades de las dem4s personas que hayan participado en la audiencia. Este documento ser4 transmitido a la Parte Requirente.

ARTÍCULO 21 CASOS ESPECIALES DE ASISTENCIA

La Parte Requerida presentar4 en casos especiales, en la medida en que sus autoridades competentes puedan obtenerlos, extractos de expedientes penales y/o documentos u objetos que sean necesarios en una investigaci3n y/o procedimiento judicial, salvo aquellos documentos y objetos que contengan informaci3n que constituya secreto de Estado.

ARTÍCULO 22 TRANSMISI3N ESPONT4NEA DE MEDIOS DE PRUEBA Y DE INFORMACI3N

1. Por conducto de las Autoridades Centrales y dentro de los l4mites de su legislaci3n nacional, las autoridades competentes de cada Parte podr4n, sin que hubiera sido presentada una solicitud de asistencia en ese sentido, intercambiar informaci3n y medios de prueba con respecto a hechos penalmente sancionables cuando estimen que esta transmisi3n es de naturaleza tal que permitir4 a la otra Parte:

- a) presentar una solicitud de asistencia conforme al presente Tratado;

- b) iniciar procedimientos penales; o

c) facilitar el desarrollo de una investigación penal en curso.

2. La Parte que proporciona la información podrá, de conformidad con su legislación nacional, sujetar su utilización por la Parte destinataria a determinadas condiciones. La Parte destinataria estará obligada a respetar dichas condiciones.

ARTÍCULO 23 MEDIDAS SOBRE ACTIVOS O BIENES

1. La Parte Requirente notificará a la Parte Requerida, las razones que tiene para creer que los objetos, productos o instrumentos de un delito se encuentran en el territorio de esa Parte.

2. Cuando los activos o bienes sean localizados, la autoridad competente de la Parte Requerida, a solicitud de la Parte Requirente, dictará el aseguramiento de los mismos y tomará las medidas necesarias para evitar su transacción, transferencia o enajenación, siempre y cuando lo permita su legislación nacional.

3. La cooperación a que se refiere los numerales 1 y 2 del presente Artículo, se basará en las disposiciones del presente Tratado, así como en las disposiciones correspondientes en la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional, adoptada en 2000, en particular en sus Artículos 2, 12, 13 y 14 y se aplicará no sólo a los delitos previstos en esta Convención y en sus Protocolos en vigor para las Partes, sino también a cualquier otro hecho delictivo.

ARTÍCULO 24 DECOMISO DE ACTIVOS O BIENES

1. En caso de que la solicitud de asistencia se refiera al decomiso de objetos, productos o instrumentos del delito, la autoridad competente de la Parte Requerida podrá, si su legislación nacional lo permite:

- a) ejecutar la sentencia de decomiso dictada por una autoridad competente de la Parte Requirente; o
- b) iniciar un procedimiento con el objeto de obtener una sentencia de decomiso, conforme a su legislación nacional.

2. Además de los requisitos señalados en el Artículo 6 de este Tratado, la solicitud de asistencia deberá incluir lo siguiente:

- a) copia de la sentencia de decomiso, debidamente certificada por la autoridad que la expidió;
- b) información sobre las pruebas que sustenten la base sobre la cual se dictó la sentencia de decomiso; y
- c) indicación de que la sentencia ha causado estado, requisito al cual podrá renunciar la Parte Requerida.

3. En todo caso, se respetarán los derechos de terceros de buena fe que puedan ser afectados por la ejecución de la sentencia de decomiso en la Parte Requerida.

ARTÍCULO 25 DEVOLUCIÓN DE ACTIVOS O BIENES

1. Cuando un delito hubiere sido cometido en la Parte Requirente y exista sentencia, los activos o bienes asegurados por la Parte Requerida podrán ser devueltos a la Parte Requirente.

2. Los derechos reclamados por terceros de buena fe sobre esos activos o bienes serán respetados.

ARTÍCULO 26
DEVOLUCIÓN DE FONDOS PÚBLICOS OBTENIDOS INDEBIDAMENTE Y
DECOMISADOS

1. La devolución de fondos públicos obtenidos indebidamente y decomisados se basará en las disposiciones del presente Tratado, así como en las disposiciones correspondientes en la Convención de las Naciones Unidas contra la Corrupción, adoptada en 2003, en particular en su Capítulo V.

2. Por regla general, la devolución se realizará con posterioridad a la sentencia dictada en la Parte Requerida. No obstante, ésta podrá devolver los activos o bienes antes de la conclusión de sus procedimientos.

ARTÍCULO 27
SOLICITUDES PARA LA DIVISIÓN DE ACTIVOS O BIENES DECOMISADOS

1. La Parte Requerida podrá solicitar a la Parte Requirente la división de activos o bienes decomisados, de conformidad con las disposiciones del presente Tratado, incluyendo en su solicitud:

- a) la descripción de la cooperación prestada, proporcionando detalles suficientes que permitan a la Parte Requirente la identificación de los activos o bienes decomisados;
- b) el órgano u órganos gubernamentales involucrados en la ejecución de la cooperación; y
- c) la proporción de activos o bienes decomisados que a su juicio corresponde a la asistencia suministrada.

2. Si la Parte Requirente considera que ha habido cooperación de la Parte Requerida podrá, por acuerdo mutuo, dividir esos activos o bienes decomisados con esta última. La solicitud de división de activos o bienes decomisados se deberá realizar dentro del año siguiente a la fecha en que la sentencia fue dictada, a menos que las Partes acuerden lo contrario.

3. La Parte Requiriente deberá, a la brevedad, informar a la Parte Requerida por intermedio de su Autoridad Central el resultado de su solicitud, expresando los motivos de su decisión.

4. Cuando hubiere víctimas identificables, la decisión sobre sus derechos podrá preceder la división de activos o bienes decomisados entre las Partes.

5. Cuando el valor de los activos o bienes decomisados convertidos en dinero o la asistencia prestada por la Parte Requerida fuere considerada menor por ambas Partes, éstas podrán acordar no realizar la división.

ARTÍCULO 28 PAGO DE ACTIVOS O BIENES DIVIDIDOS

1. El resultado de la división acordada entre las Partes será pagada en la moneda que las Partes determinen de mutuo acuerdo por medio de transferencia electrónica de recursos o cheque.

2. El pago será efectuado:
 - a) al órgano competente o cuenta bancaria designada por la Autoridad Central mexicana, cuando los Estados Unidos Mexicanos fueren la Parte Requerida;
 - b) a la República Federativa del Brasil, cuando la República Federativa del Brasil fuere la Parte Requerida y será enviado a la cuenta bancaria designada por la Autoridad Central brasileña; o
 - c) a cualquier otro beneficiario o beneficiarios que la Parte Requiriente designe para tal efecto.

**ARTÍCULO 29
IMPOSICIÓN DE CONDICIONES**

A menos que las Partes acuerden lo contrario, ninguna podrá imponer condiciones en cuanto al uso del resultado de la división de activos o bienes decomisados y, en particular, exigir la división con cualquier otro Estado, organización o individuo.

**ARTÍCULO 30
MECANISMOS PARA FACILITAR LA COOPERACIÓN JUDICIAL
INTERNACIONAL EN MATERIA PENAL**

1. Las Partes cooperarán adicionalmente a través de las modalidades siguientes:

- a) intercambio de experiencias en materia de investigación criminal, terrorismo, corrupción, tráfico de personas, estupefacientes e insumos químicos, blanqueo de capitales, delincuencia organizada y delitos conexos, entre otros;
- b) intercambio de información sobre modificaciones introducidas a sus sistemas judiciales y nuevos criterios jurisprudenciales en las materias que el presente Instrumento abarca; y
- c) capacitación y actualización de funcionarios encargados de la investigación y procesamiento penales.

2. Para la realización de las actividades y encuentros previstos en el presente Tratado, las Autoridades Centrales acordarán la metodología que se utilizará en cada uno de ellos, así como su duración y número de participantes.

**ARTÍCULO 31
GASTOS**

1. La Parte Requerida asumirá los gastos ordinarios de la ejecución de solicitudes de asistencia, salvo los siguientes que asumirá la Parte Requirente:

- a) gastos relativos al traslado de las personas a su territorio y de regreso, conforme a los Artículos 17 y 18 del presente Tratado y a su estadía en territorio de la Parte Requirente, así como otros gastos personales relacionados con el desahogo de la asistencia;
- b) gastos y honorarios de peritos;
- c) gastos relativos al transporte, la estadía de los representantes de autoridades competentes de la Parte Requirente durante la ejecución de la solicitud de asistencia, de conformidad con el Artículo 12, numeral 1 del presente Tratado; y
- d) gastos relativos al envío y devolución de objetos trasladados del territorio de la Parte Requerida al territorio de la Parte Requirente.

2. En caso de que la solicitud de asistencia requiera de gastos cuantiosos o de carácter extraordinario, las Autoridades Centrales de las Partes se consultarán para determinar las condiciones en que se dará cumplimiento a la solicitud de asistencia, así como la manera como se sufragarán los gastos.

ARTÍCULO 32 OTROS ACUERDOS O INSTRUMENTOS JURÍDICOS

1. Las disposiciones del presente Tratado no afectarán una solicitud de asistencia más amplia que hubiera sido o fuera convenida entre las Partes en otros acuerdos o instrumentos jurídicos o que resultara de su legislación nacional.

2. Las Partes asegurarán la adopción de todas las medidas necesarias para dar eficacia a las disposiciones del presente Tratado.

ARTÍCULO 33 CONSULTAS Y SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

1. Las Autoridades Centrales de las Partes, a propuesta de cualquiera de ellas, celebrarán consultas sobre temas de interpretación o aplicación del presente Tratado en general o sobre una solicitud de asistencia en específico.

2. Cualquier controversia que surja en la interpretación o aplicación del presente Tratado será resuelta por la vía diplomática.

**ARTÍCULO 34
DISPOSICIONES FINALES**

1. El presente Tratado entrará en vigor treinta (30) días después de la fecha de recepción de la última notificación, por la vía diplomática, por la cual las Partes se comuniquen el cumplimiento de sus requisitos legales internos necesarios para tal efecto.

2. El presente Tratado podrá ser modificado por mutuo consentimiento de las Partes y las modificaciones acordadas entrarán en vigor de conformidad con el procedimiento establecido en el numeral 1 de este Artículo.

3. El presente Tratado podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes. La denuncia surtirá efectos ciento ochenta (180) días después de la fecha de acuse de recibo, por la vía diplomática, de la notificación escrita en tal sentido.

4. La terminación del presente Tratado no afectará la conclusión de las solicitudes de asistencia que se hayan recibido durante su vigencia.

Suscrito en la Ciudad de México el seis (6) de agosto de dos mil siete (2007), en dos ejemplares originales en idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR LOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS**



**Eduardo Tomás Medina Mora Icaza
Procurador General de la República**

**POR LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL**



**Celso Amorim
Ministro de Relaciones Exteriores**

[TRANSLATION – TRADUCTION]

COOPERATION TREATY ON MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS BETWEEN THE UNITED MEXICAN STATES AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

The United Mexican States and the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as “the Parties”),

Considering the bonds of friendship and cooperation uniting the two Parties,

Desiring to strengthen their cooperation in the field of mutual legal assistance in criminal matters,

Acting in accordance with their national legislation and in full compliance with the universal principles of international law, especially sovereign equality and non-interference in internal affairs,

Have agreed as follows:

Article 1. Obligation to grant legal assistance

1. The Parties shall grant each other mutual legal assistance in criminal matters under this Treaty.

2. Legal assistance shall be provided under the Treaty, including where acts or omissions that may lead to requests for assistance are not characterized as offences by the national legislation of the Requested Party, except in those cases where requests for assistance require the execution of precautionary measures such as impoundment, appropriation, searches or confiscation.

3. This Treaty shall cover investigations and legal proceedings relating to any offence specified in the national legislation of the Parties.

4. This Treaty shall apply to any request for assistance submitted after its entry into force, even in cases where respective acts or omissions occurred prior to that date.

5. For the purposes of this Treaty, the competent authorities for transmission of the request for assistance to their Central Authority shall be those responsible for investigation, prosecution or legal proceedings under the national legislation of the Requesting Party.

Article 2. Central Authorities

1. With a view to ensuring due cooperation between the Parties in the provision of legal assistance under this Treaty, the United Mexican States designates the Office of the Procurator-General and the Federative Republic of Brazil designates the Ministry of Justice as their respective Central Authorities. The Parties shall promptly notify each other, through the diplomatic channel, of any change in their Central Authorities and their spheres of competence.

2. The requests for assistance referred to in this Treaty and the responses to those requests shall be transmitted and received directly by the Central Authorities of the Parties.

3. The Central Authority of the Requested Party shall execute requests for assistance in an expeditious manner or shall forward them for execution to the competent authority. When the Central Authority transmits the request for assistance to a competent authority for execution, it shall encourage the competent authority to act speedily and appropriately on the request for assistance.

Article 3. Scope of legal assistance

Legal assistance shall include:

- (a) Notification and delivery of procedural documents;
- (b) Delivery of documents, objects and evidence;
- (c) Exchange of information;
- (d) Location and identification of persons and objects;
- (e) Taking of statements and testimony, as well as expert opinions;
- (f) Execution of measures on assets or property such as appropriation or impoundment orders, searches and confiscation of objects, proceeds or instruments of crime;
- (g) Subpoena and transfer of witnesses, victims and experts to appear voluntarily before a competent authority in the Requesting Party;
- (h) Temporary transfer of persons in custody so that they may appear as witnesses or victims in criminal proceedings in the territory of the Requesting Party, or for other proceedings specified in the request;
- (i) Return of assets or property;
- (j) Division of assets or property;
- (k) Authorization of the presence or participation, during execution of a request, of representatives of the competent authorities of the Requesting Party;
- (l) Any other form of legal assistance in accordance with the purposes of this Treaty, provided that it is not incompatible with the national legislation of the Requested Party.

Article 4. Limitations to the scope of assistance

1. This Treaty shall not empower the authorities of either Party to exercise, in the territory of the other, functions for which the authorities of that other Party have exclusive competence under its national legislation. The presence and participation of the authorities of the Requesting Party referred to in Article 12 shall not be considered contrary to the provisions of this paragraph.

2. The provisions of this Treaty shall not grant to natural or moral persons any right to take, remove or exclude evidence or prevent the execution of a request for assistance.

3. Similarly, this Treaty shall not apply to:
 - (a) The detention of persons for extradition purposes or to extradition requests;
 - (b) The execution of criminal judgements, including the transfer of convicted persons; or
 - (c) Direct assistance to third States.

Article 5. Precautionary measures

1. At the express request of the Requesting Party, where the proceedings requested in the request for assistance do not appear to be manifestly inadmissible under the national legislation of the Requested Party, precautionary measures shall be ordered by that Party with a view to maintaining the status quo, protecting threatened legal interests or preserving evidence.

2. In urgent cases and provided that there is sufficient information to determine that the conditions for ordering precautionary measures have been met, such measures may be ordered immediately upon announcement of a request for assistance and shall be cancelled if the Requesting Party does not submit a formal request for assistance by the deadline established for that purpose.

Article 6. Form and content of requests for assistance

1. The request for assistance shall be made in writing.
2. The Requested Party shall immediately initiate execution of the request for assistance upon receiving it by fax, email or other similar means of communication, and the Requesting Party shall transmit the original signed document within ten (10) days of its formulation. The Requested Party shall not inform the Requesting Party of the results of the execution of the request for assistance until it has received the original copy of the request. If the Requesting Party can prove that assistance is urgent, the fact that the request for assistance has not been formally submitted shall not prevent the Requested Party from reporting the results of the request within the above-mentioned time period.
3. The request for assistance shall include:
 - (a) The name of the institution or competent authority for investigation or criminal proceedings;
 - (b) The purposes of the request for assistance and a description of the legal assistance requested;
 - (c) A description of the material grounds for the investigation or criminal proceedings, the text of the legal provisions under which the act committed is characterized as a punishable offence and, where necessary, the extent of the damage caused;
 - (d) A justification and description of any particular procedure the Requesting Party wishes to be employed in executing the request for assistance;
 - (e) The deadline by which the Requesting Party would like the request for assistance to be met; and

(f) Where appropriate, a request for attendance by representatives of the competent authorities of the Requesting Party during execution of the request for assistance.

4. The request for assistance shall also include, insofar as possible, information on:

- (a) The name of the person being investigated or prosecuted;
- (b) The full names, dates of birth, addresses and telephone numbers of persons to be served and their relationship to the investigation or proceedings under way;
- (c) Location and description of the place to be searched or inspected;
- (d) Location and description of the assets or property to be impounded or confiscated;
- (e) The questions to be formulated in the taking of testimony or the preparation of the expert opinion in the Requested Party; and
- (f) Any other information that may be useful to the Requested Party in the execution of the request for assistance.

5. If the Requested Party considers that the information contained in the request for assistance is insufficient for that purpose, it may request additional information.

Article 7. Languages

1. Any request for assistance deriving from this Treaty, as well as the documents attached and additional information, shall be accompanied by an official translation or certified by the Central Authority of the Requesting Party in the language of the Requested Party.

2. The spontaneous transmission of evidence and information referred to in Article 22 shall be exempt from the requirement for translation.

Article 8. Refusal or postponement of the request for assistance

1. The request for assistance may be refused when:

- (a) Execution of the request for assistance would harm the security, public order or other essential interests of the Requested Party;
- (b) Execution of the request for assistance would be contrary to the national law of the Requested Party or to the provisions of this Treaty;
- (c) Execution of the request for assistance would be contrary to the international obligations of the Requested Party;
- (d) The request for assistance refers to actions for which the person accused by the Requesting Party has already been acquitted or convicted in the Requested Party, or for which penalties have been prescribed;
- (e) The request for assistance refers to a military offence not covered by ordinary criminal law;
- (f) The request for assistance relates to an offence that is considered to be of a political nature in the Requested Party. Acts falling within the scope of international treaties

that are binding for both Parties shall not be considered offences of a political nature by the Requested Party;

(g) The Requested Party has reasonable grounds to believe that the request for assistance has been made with a view to prosecuting a person on account of race, sex, religion, nationality, ethnic origin, membership in a particular social group or political opinions, or that the situation of that person can be prejudiced for any of those reasons;

(h) The request for assistance refers to an offence punishable by the death penalty;

(i) The request for assistance relates to facts on the basis of which the person being investigated or prosecuted has been finally acquitted or convicted by the Requested Party; and

(j) The request for assistance does not meet the requirements of this Treaty.

2. Bank secrecy or confidential tax matters may not be used as an argument for refusing legal assistance.

3. The Requested Party may refuse or postpone execution of the request for assistance if it considers that its execution may harm or impede an investigation or legal proceedings under way in its territory.

4. Before refusing or postponing the execution of a request for assistance, the Requested Party shall examine the possibility of granting legal assistance under such conditions as it deems necessary. If the Requesting Party accepts the assistance under those conditions, the assistance shall be provided accordingly.

5. If the Requested Party decides to refuse or defer legal assistance, it shall so inform the Requesting Party, through its Central Authority, stating the reasons for that decision.

Article 9. Validity of documents

1. Documents remitted within the framework of this Treaty and certified by the competent or Central Authorities of the Remitting Party shall be accepted without notarization or other form of authentication. Notwithstanding the foregoing, at the request of the Requesting Party, documents remitted with the framework of this Treaty may be authenticated in some other form as indicated in the request for assistance if that is not contrary to the national legislation of the Requested Party.

2. For the purposes of this Treaty, documents recognized as official in the territory of one of the Parties shall be recognized as such in the territory of the other Party.

Article 10. Confidentiality and limitations on the use of information

1. At the request of the Central Authority of the Requesting Party, and in accordance with its legal system, the Requested Party shall keep confidential receipt of the request for assistance, its content and any other act undertaken in connection with it, unless its disclosure is necessary for the execution of the request. If it is necessary to lift the confidentiality requirement in order to execute the request for assistance, the Requested Party

shall request written authorization from the Requesting Party. Without such authorization, the request for assistance shall not be executed.

2. The Requesting Party shall not use any information or evidence obtained under this Treaty for purposes other than those set out in its request for assistance, without the prior authorization of the Requested Party.

3. In specific cases, if the Requesting Party needs to divulge and utilize, in whole or in part, information or evidence for purposes other than those specified, it shall seek the corresponding authorization from the Requested Party, which may grant or deny the request, in whole or in part.

4. The use of any information or evidence that may have been obtained under this Treaty and which is considered to be of a public nature in the Requesting Party as part of the investigation or prosecution described in the request for assistance shall not be subject to the restriction referred to in the preceding paragraph.

Article 11. Execution of the request for assistance

1. Execution of a request for assistance shall be executed in accordance with the national legislation of the Requested Party and the provisions of this Treaty. The request for assistance shall be executed as soon as possible.

2. The Requested Party shall execute the request for assistance in accordance with the special means and procedures indicated in that request by the Requesting Party, unless they are incompatible with the national legislation of the Requested Party.

3. The Central Authority of the Requested Party shall promptly transmit the information and evidence obtained upon execution of the request for assistance to the Central Authority of the Requesting Party.

4. If it is not possible to comply with the request for assistance, in whole or in part, the Central Authority of the Requested Party shall immediately so inform the Central Authority of the Requesting Party, stating the reasons why the request could not be executed.

*Article 12. Participation of representatives of the Requesting Party
in the execution of the request for assistance*

1. The Requesting Party may request the Requested Party to authorize the presence of representatives of its competent authorities at the execution of the request for assistance, and may request that in the hearing of testimonial evidence or expert reports, its representatives should be able to ask questions through the competent authority of the Requested Party.

2. The presence and participation of representatives must be previously authorized by the Requested Party, which shall notify the Requesting Party, in advance, of the date and place of execution of the request for assistance.

3. The Requesting Party shall transmit a list of the names and duties of its representatives and the reasons for their presence reasonably far in advance of the date of execution of the request for assistance.

Article 13. Service and delivery of documents

1. In accordance with the request for assistance, the Central Authority of the Requested Party shall, without delay, serve or arrange to have served the notice of legal process.

2. Execution of the request for assistance shall be attested by a document of receipt, signed and dated by the recipient, or by a statement from the competent authority of the Requested Party, noting the fact, date and form of service and delivery.

Article 14. Service and delivery of documents

1. If anyone who may be affected by the execution of the request for assistance claims immunity, privilege or incapacity under the national law of the Requested Party, such a claim shall be resolved by the competent authority of that Party prior to the execution of the request for assistance and communicated to the Requesting Party through the Central Authority.

2. If anyone invokes immunity, privilege or incapacity under the national law of the Requesting Party, notification of such claim shall be given through the respective Central Authorities, so that it may be resolved by the competent authorities of the Requesting Party.

Article 15. Taking of evidence in the Requesting Party

1. The Requested Party shall receive in its territory statements of witnesses, and victims, expert opinions, documents, objects and other evidence mentioned in the request for assistance, in accordance with its national law, and shall deliver them to the Requesting Party.

2. Upon the request of the Requesting Party, the Central Authority of the Requested Party shall inform the Central Authority of the other Party of the date and place for the taking of testimony or evidence.

3. In accordance with paragraph 1 of this Article, the Requested Party shall deliver to the Requesting Party the record of the proceedings, together with the documents, records, files, evidence or objects for which the request for assistance was formulated.

4. For the purposes of executing the request for assistance, the competent authority of the Requested Party may subpoena the person required to be available to appear and testify or present documents, files or objects under the same conditions as in criminal investigations or proceedings in that Party.

5. The Requesting Party shall comply with all conditions agreed to with the Requested Party concerning documents or objects delivered to it, including the protection of the right of third parties to such documents and objects.

6. Unless original documents are explicitly requested, certified copies shall be provided by the Central Authority or the competent authority of the Requested Party. The Requested Party may refuse to deliver the original documents if they are necessary for the continuation of criminal proceedings under way within its territory.

7. At the request of the Requested Party, the Requesting Party shall return as soon as possible the originals of the documents and objects that have been delivered in accordance with paragraph 1 of this Article.

Article 16. Location and identification of persons and objects

At the request of the Requesting Party, the competent authorities of the Requested Party shall take all measures set out in its national legislation to locate and identify persons and objects mentioned in the request for assistance.

Article 17. Appearance of persons in the Requesting Party

1. When the Requesting Party requests that a person who is in the territory of the Requested Party appear as a witness, victim or expert to give testimony or an expert opinion, or for other court proceedings in its territory, the Requested Party shall arrange for that person to be subpoenaed and transferred in accordance with the request for assistance.

2. The person shall be transferred only if he or she agrees to do so in writing. Moreover, that person shall enjoy the following safeguards in the Requesting Party:

(a) No coercive measure or penalty may be applied if he or she does not appear in court in the Requesting Party;

(b) He or she shall not be prosecuted or detained or subjected to any other restriction of personal freedom in that Party for any criminal act committed prior to his or her departure from the Requested Party. However, he or she shall be responsible for the content of the testimonial evidence or expert opinion delivered. The safeguard provided for in this subparagraph shall not apply if the person, being free to leave the territory of the Requesting State, does not do so within a period of thirty (30) days after being officially notified that his or her presence is no longer required, or having left it, returns voluntarily to the territory of the Requesting State; and

(c) He or she shall not be compelled to testify in any proceedings other than those to which the request for assistance relates.

3. The Requested Party shall serve a subpoena on the person to be transferred, which shall include the safeguards referred to in the preceding paragraph, and shall note that the Requesting Party shall bear the costs of transfer, in accordance with Article 31.

4. The Requested Party shall not be permitted to punish or apply coercive measures against a person who does not appear in response to the subpoena.

Article 18. Provisional transfer of persons in custody

1. Any person in custody, regardless of his or her nationality, may be temporarily transferred to the Requesting Party, with the consent of the Central Authority of the Requested Party, to give testimony as a witness or victim or for other court proceedings mentioned in the request for assistance, on the condition that the person in custody is returned to the Requesting Party within the time frame established by that Party.

2. The initial period in which the person may be transferred shall not exceed ninety (90) days. The Central Authority of the Requested Party may extend the stay of the transferred person upon receipt of a request from the Central Authority of the Requesting Party, stating the reasons why an extension is necessary. The form and conditions of transfer and return of the person shall be agreed upon between the Central Authorities of the Parties.

3. Transfer shall be refused if:

(a) The person in custody does not consent to it in writing;

(b) The person is required to be present for the continuation of legal proceedings under way in the territory of the Requested Party;

(c) The length of stay of the person in the Requesting State would exceed the date established for the completion of a custodial sentence in the Request-ed State; or

(d) Transfer to the territory of the Requesting Party would jeopardize the safety, health or life of that person.

4. The Requesting Party shall hold the person transferred in custody so long as he or she remains in its territory. If the authorities of the Requested Party release the transferred person from the custodial measure, the Requesting Party shall return him or her immediately to the Requested Party.

5. The length of stay of the transferred person outside the territory of the Requested Party shall be counted towards the amount of time remaining to be served for the purposes of the criminal sentence handed down in the Requested Party.

6. A person in custody who does not consent to appear before the Requesting Party shall not be subjected to any coercive measure or liable to any penalty on those grounds.

Article 19. Protection of persons subpoenaed or transferred to the Requesting Party

When necessary, the Requesting Party shall ensure the protection of persons subpoenaed or transferred to its territory, in accordance with Articles 17 and 18 of this Treaty.

Article 20. Hearings via videoconferencing

1. Anyone who is required to make a statement as a witness or expert before the judicial authorities or prosecutor of the Requesting Party and is in the territory of the Requested Party may request that the hearing be conducted via videoconferencing in accordance with this Article.

2. The Requested Party shall consent to a hearing via videoconferencing provided that this method is not prohibited by its national legislation. If the Requested Party does not have the technical facilities for videoconferencing, the Requesting Party may make such facilities available.

3. The following rules shall apply to hearings conducted via videoconferencing:

(a) The hearing shall be conducted in the presence of the competent authority of the Requested Party, assisted if need be by an interpreter. The authority shall also be responsible for identifying the person from whom a statement is being taken and for compliance

with the basic principles of the national legislation of the Requested Party. Should the authority of the Requested Party deem that the basic principles of its law are being violated during the hearing, it shall immediately take the necessary measures to ensure that the hearing proceeds in accordance with those principles;

(b) The competent authorities of the Parties shall agree, if necessary, on measures for the protection of the person from whom the statement will be taken;

(c) The hearing shall be conducted directly by the Requesting Party or under its direction, in accordance with its national legislation; and

(d) After the hearing, the competent authority of the Requested Party shall draft a record, indicating the date and place of the hearing, the identity of the person from whom the statement was taken, the content of the statement, and the identity and title of other persons who participated in the hearing. This document shall be transmitted to the Requesting Party.

Article 21. Special cases of assistance

In special cases, the Requested Party shall present, to the extent that its competent authorities can obtain them, extracts of criminal records and/or documents or objects that may be necessary in an investigation and/or legal proceeding, except for those documents and objects which may contain information constituting a State secret.

Article 22. Spontaneous transmission of evidence and information

1. Through the Central Authorities and within the limits of their national legislation, the competent authorities of each Party may, without any request for assistance having been submitted, exchange information and evidence in respect of criminally punishable acts, where they consider that exchanging information and evidence would allow the other Party to:

- (a) Submit a request for assistance under this Treaty;
- (b) Initiate criminal proceedings; or
- (c) Facilitate the development of an ongoing criminal investigation.

2. The Party providing the information may, in accordance with its national legislation, lay down certain conditions for the use of the information by the receiving Party. The receiving Party shall be obligated to comply with those conditions.

Article 23. Measures on assets or property

1. The Requesting Party shall inform the Requested Party of its reasons for believing that the objects, proceeds or instruments of a crime are located in the territory of that Party.

2. When the assets or property are located, the competent authority of the Requested Party, upon the request of the Requesting Party, shall issue instructions to impound the

property and shall take the necessary measures to prevent it from being traded, transferred or disposed of, provided that it is empowered to do so under its national legislation.

3. The cooperation referred to in paragraphs 1 and 2 of this Article shall be based on the provisions of this Treaty and on the corresponding provisions of the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, adopted in 2000, in particular Articles 2, 12, 13 and 14, and shall apply not only to crimes specified in that Convention and its Protocols in force in the Parties but also to any other criminal act.

Article 24. Confiscation of assets or property

1. In cases where the request for assistance relates to the confiscation of objects, proceeds or instruments of crime, the competent authority of the Requested Party may, if its national law permits:

(a) Execute the confiscation order issued by a competent authority of the Requesting Party; or

(b) Initiate proceedings to obtain a confiscation order under its national legislation.

2. In addition to the requirements set out in Article 6 of this Treaty, the request for assistance shall include:

(a) A copy of the confiscation order, duly certified by the authority that issued it;

(b) Information regarding the supporting evidence on the basis of which the confiscation order was issued; and

(c) A statement that the decision is final, a requirement that the Requested Party may waive.

3. In all cases, the rights of bona fide third parties which may be affected by the execution of the confiscation order in the Requested Party shall be respected.

Article 25. Return of assets or property

1. When an offence has been committed in the Requesting Party and a ruling has been handed down, assets or property impounded by the Requested Party may be returned to the Requesting Party.

2. The rights claimed by bona fide third parties on such assets or property shall be honoured.

Article 26. Return of improperly obtained public funds that have been confiscated

1. The return of improperly obtained public funds that have been confiscated shall be carried out on the basis of the provisions of this Treaty, as well as the corresponding provisions of the United Nations Convention against Corruption, adopted in 2003, in particular Chapter V.

2. As a general rule, such funds shall be returned after a decision is handed down in the Requested Party. However, the Requested Party may return the assets or property before the conclusion of its proceedings.

Article 27. Requests for the division of confiscated assets or property

1. The Requested Party may request the Requesting Party to divide confiscated assets or property in accordance with the provisions of this Treaty. The request shall include:

(a) A description of the cooperation provided, with sufficient details to enable the Requesting Party to identify the confiscated assets or property;

(b) The Government organ or organs involved in the execution of such cooperation; and

(c) The proportion of confiscated assets or property that, in its opinion, corresponds to the assistance provided.

2. If the Requesting Party considers that the Requested Party has provided cooperation, it may, by mutual agreement, divide such confiscated assets or property with the Requested Party. The request for division of confiscated assets or property must be made within one year from the date on which the decision was handed down, unless the Parties agree otherwise.

3. As soon as possible, the Requesting Party shall inform the Requested Party, through its Central Authority, of the outcome of its request, indicating the reasons for its decision.

4. Where there have been identifiable victims, a decision in respect of their rights shall precede the division of confiscated assets or property between the Parties.

5. When both Parties consider that the monetary value of the confiscated assets or property or the assistance provided by the Requested Party is insignificant, they may agree not to divide anything.

Article 28. Payment of divided assets or property

1. The result of the division agreed to between the Parties shall be paid in the currency they have mutually agreed upon through an electronic funds transfer or by check.

2. Payment shall be effected:

(a) To the competent organ or bank account designated by the Mexican Central Authority, when the United Mexican States is the Requested Party;

(b) To the Federative Republic of Brazil, when the Federative Republic of Brazil is the Requested Party, and shall be sent to the bank account designated by the Brazilian Central Authority; or

(c) To such other beneficiary or beneficiaries as the Requesting Party shall designate for that purpose.

Article 29. Imposition of conditions

Unless the Parties agree otherwise, neither one may impose conditions on using their share of the confiscated assets or property or, in particular, require that they be divided with any other State, organization or individual.

Article 30. Mechanisms to facilitate international legal cooperation in criminal matters

1. The Parties shall further cooperate through the following modalities:

(a) Exchange of experiences in the areas of, inter alia, criminal investigation, terrorism, corruption, trafficking of persons, drug trafficking, trafficking in chemical supplies, money laundering, organized crime and related offences;

(b) Exchange of information on changes in their legal systems and new judicial criteria in the areas covered by this Treaty; and

(c) Training and refresher training for criminal investigation and prosecution staff.

2. For the purposes of carrying out the activities and conducting the meetings provided for in this Treaty, the Central Authorities shall agree on a methodology to be used in each one, as well as on their duration and the number of participants.

Article 31. Expenses

1. The Requested Party shall bear the ordinary costs of executing requests for assistance, with the exception of the following which shall be borne by the Requesting Party:

(a) Expenses associated with conveying persons to and from its territory, in accordance with Articles 17 and 18 of this Treaty, and their stay in the territory of the Requesting Party, as well as other personal expenses associated with providing assistance;

(b) Expert expenses and fees;

(c) Expenses associated with the transport and stay of representatives of the competent authorities of the Requesting Party during execution of the request for assistance, in accordance with Article 12, paragraph 1, of this Treaty; and

(d) Costs associated with shipping and returning objects transferred from the territory of the Requested Party to the territory of the Requesting Party.

2. If the request for assistance requires expenses of a substantial or extraordinary nature, the Central Authorities of the Parties shall consult each other to determine the conditions under which the request or assistance can be executed and how the expenses can be defrayed.

Article 32. Other legal agreements or instruments

1. The provisions of this Treaty shall not affect a request for greater assistance that may have been agreed to between the Parties in other legal agreements or instruments or which derives from its national legislation.

2. The Parties shall ensure the adoption of all measures necessary for the implementation of the provisions of this Treaty.

Article 33. Consultations and settlement of disputes

1. The Central Authorities of the Parties, upon a proposal from either of them, shall hold consultations on matters of interpretation or application of this Treaty in general, or on a specific request for assistance.

2. Any dispute that may arise from the interpretation or application of this Treaty shall be settled through the diplomatic channel.

Article 34. Final provisions

1. This Treaty shall enter into force thirty (30) days after the date of receipt of the last notification, through the diplomatic channel, in which the Parties inform each other of the fulfilment of their respective domestic legal requirements for its entry into force.

2. This Treaty may be amended by mutual consent of the Parties, and amendments agreed upon shall enter into force in accordance with the procedure laid down in paragraph 1 of this Article.

3. This Treaty may be denounced by either of the Parties. The denunciation shall become effective one hundred eighty (180) days after the date of the acknowledgement of receipt, through the diplomatic channel, of a written notification to that effect.

4. The termination of this Treaty shall not affect the execution of any requests for assistance that may have been received while it was in force.

SIGNED in Mexico City on six (6) August two thousand and seven (2007), in two originals in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the United Mexican States:

EDUARDO TOMÁS MEDINA MORA ICAZA
Procurator-General of the Republic

For the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister of Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

TRAITÉ DE COOPÉRATION POUR L'ENTRAIDE JUDICIAIRE EN MATIÈRE PÉNALE ENTRE LES ÉTATS-UNIS DU MEXIQUE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL

Les États-Unis du Mexique et la République fédérative du Brésil (ci-après dénommés « Les Parties »),

Considérant les liens d'amitié et de coopération qui unissent les deux Parties,

Animés du désir de renforcer leur coopération pour l'entraide judiciaire en matière pénale,

Agissant conformément à leurs législations nationales respectives et dans le respect des principes universels du droit international, tout particulièrement ceux de l'égalité souveraine et de la non-intervention dans les affaires intérieures,

Sont convenu de ce qui suit :

Article premier. Obligation de s'accorder une entraide judiciaire

1. Conformément aux dispositions du présent Traité, les Parties devront s'accorder une entraide judiciaire en matière pénale.

2. L'entraide judiciaire sera accordée conformément aux dispositions du présent Traité, même si les actes ou les omissions qui sont à l'origine des demandes d'entraide ne sont pas considérées comme des délits par la législation nationale de la Partie requise, à l'exception des cas où les demandes d'entraide requièrent des mesures préventives, telles que l'exécution de mesures conservatoires ou d'un embargo, de perquisitions ou de saisies.

3. Le présent Traité couvre les enquêtes et les procédures judiciaires relatives à toute infraction prévue par les législations nationales respectives des Parties.

4. Le présent Traité s'appliquera à toute demande d'entraide judiciaire présentée après son entrée en vigueur, même si les omissions ou les faits concernés se sont déroulés avant cette date.

5. Aux fins du présent Traité, les autorités compétentes pour l'envoi de la demande d'entraide à leur Autorité Centrale sont les seules habilitées à mener les enquêtes, les poursuites ou les procédures judiciaires, conformément à la législation nationale de la Partie requise.

Article 2. Les Autorités Centrales

1. Pour assurer une coopération adéquate entre les Parties en vue d'accorder l'entraide judiciaire qui fait l'objet du présent Traité, chacune des Parties désigne son ou ses Autorités Centrales. Pour les États-Unis du Mexique, l'Autorité Centrale est le Bureau du Procureur général de la République. Pour la République fédérative du Brésil, il s'agit

du Ministère de la justice. Les Parties se notifient mutuellement et sans tarder, par la voie diplomatique, toute modification de leurs Autorités Centrales et de leurs compétences.

2. Les Autorités Centrales des Parties transmettent et reçoivent directement les demandes d'entraide judiciaire visées par le présent Traité et les réponses apportées.

3. L'Autorité Centrale de la Partie requise traite promptement les demandes d'entraide judiciaire ou les transmet à l'autorité compétente en vue de leur exécution. Lorsque l'Autorité Centrale transmet la demande à une autorité compétente pour son exécution, elle préconise l'exécution rapide et appropriée de la demande de la part de ladite autorité.

Article 3. Portée de l'entraide judiciaire

L'entraide judiciaire comprend :

- a) La notification et la remise de documents de procédures;
- b) La remise de documents, d'objets et d'éléments de preuves;
- c) L'échange d'informations;
- d) La localisation et l'identification de personnes et d'objets;
- e) La réception de déclarations et de témoignages, ainsi que la réalisation de rapports d'expertise;
- f) L'exécution de mesures à l'encontre d'actifs ou de biens, tels que des ordres d'embargo ou de sécurisation, de perquisitions et de saisie d'objets, de produits ou d'instruments du délit;
- g) La convocation et le transport de témoins, de victimes et d'experts afin de comparaître volontairement devant les autorités compétentes de la Partie requérante;
- h) Le transfèrement provisoire de personnes détenues afin de comparaître sur le territoire de la Partie requérante lors d'une procédure pénale en tant que témoins ou victimes, ou pour toute autre mesure de procédure indiquée dans la demande d'entraide;
- i) La restitution des actifs ou des biens;
- j) La division des actifs ou des biens;
- k) L'autorisation de la présence ou de la participation, pendant l'exécution de la demande, de représentants des autorités compétentes de la Partie requérante;
- l) Toute autre forme d'entraide judiciaire conforme aux objectifs du présent Traité, pour autant qu'elle ne soit pas contraire à la législation interne de la Partie requise.

Article 4. Restrictions à la portée de l'entraide judiciaire

1. Le présent Traité n'autorise pas les autorités de l'une ou l'autre Partie à exercer, sur le territoire de l'autre, des pouvoirs qui relèvent exclusivement de la compétence des autorités de l'autre Partie de par sa législation nationale. La présence et la participation des autorités de la Partie requérante visées par l'article 12 ne sont pas considérées comme contraires aux dispositions du présent paragraphe.

2. Les dispositions du présent Traité n'accordent aucun droit à des personnes physiques ou morales quant à l'obtention, l'élimination ou l'exclusion de preuves ou à l'empêchement d'exécuter une demande d'entraide judiciaire.

3. De même, le présent Traité ne s'appliquera pas à :

- a) La détention de personnes aux fins d'extradition, ni aux demandes d'extradition;
- b) L'exécution de condamnations pénales, notamment au transfèrement de personnes condamnées; ou
- c) L'assistance directe d'un État tiers.

Article 5. Mesures provisoires

1. À la demande expresse de la Partie requérante, et dans le cas où la procédure requise dans la demande d'entraide ne semble pas manifestement inadmissible, selon la législation nationale de la Partie requise, les mesures provisoires correspondantes seront ordonnées par cette dernière, afin de maintenir une situation existante, de protéger des intérêts judiciaires menacés ou de préserver des éléments de preuve.

2. Dans des cas urgents, et pour autant qu'une information suffisante ait été fournie pour permettre de déterminer que les conditions ont été satisfaites en vue d'ordonner des mesures provisoires, celles-ci pourront être ordonnées dès l'annonce d'une demande d'entraide et seront annulées si la Partie requérante n'officialise pas la demande d'entraide dans le délai octroyé à cet effet.

Article 6. Forme et teneur de la demande d'entraide

1. La demande d'entraide sera présentée par écrit.

2. La Partie requise traitera immédiatement une demande d'entraide, dès sa réception par télécopie, courrier électronique ou autre moyen de communication similaire, alors que la Partie requérante transmettra l'original signé du document dans les dix (10) jours suivant sa présentation. La Partie requise informera la Partie requérante des résultats de l'exécution de la demande seulement après avoir reçu l'original de cette demande. Si la Partie requérante prouve l'urgence de la demande d'entraide, le manque de présentation officielle de la demande n'empêchera pas la Partie requise de notifier les résultats de la demande dans le délai mentionné ci-dessus.

3. La demande d'entraide devra inclure :

- a) Le nom de l'institution ou de l'autorité compétente chargée de l'enquête ou de la procédure pénale;
- b) Le but de la demande d'entraide et la description de l'entraide judiciaire requise;
- c) La description des faits qui sont à l'origine de la demande ou de la procédure pénale, le texte des dispositions légales qui qualifient cette conduite de fait punissable, et, le cas échéant, le montant des dommages causés;
- d) La justification et la description de toute procédure spéciale que la Partie requérante souhaite voir appliquer à l'exécution de la demande d'entraide;
- e) Le délais dans lequel la Partie requérante souhaite voir sa demande accomplie; et

f) Le cas échéant, la demande pour que des représentants des autorités compétentes de la Partie requérante assistent à l'exécution de la demande d'entraide.

4. La demande d'entraide comportera également, dans la mesure du possible, des informations sur :

- a) L'identité des personnes assujetties à une enquête ou une procédure judiciaire;
- b) Le nom complet, la date de naissance, le domicile, le numéro de téléphone des personnes devant être notifiées et leur relation avec l'enquête ou la procédure en cours;
- c) La situation et la description de l'endroit à fouiller ou à perquisitionner;
- d) La situation et la description des actifs ou des biens à sécuriser ou à confisquer;
- e) Les questions devant être formulées pour la déposition du témoignage ou la préparation du rapport d'expertise dans la Partie requise; et
- f) Toute autre information qui pourrait s'avérer utile pour que la Partie requise puisse exécuter la demande d'entraide.

5. Si la Partie requise considère que les informations contenues dans la demande d'assistance ne sont pas suffisantes pour pouvoir l'exécuter, elle pourra demander des informations supplémentaires.

Article 7. Langues

1. Toute demande d'entraide, ainsi que les documents annexes et les informations supplémentaires, sur la base du présent Traité, devra être accompagnée de sa traduction, officielle ou certifiée par l'Autorité Centrale de la Partie requérante, dans la langue de la Partie requise.

2. La transmission spontanée d'éléments de preuve et d'informations visées par l'article 22, est dispensée de traduction.

Article 8. Refus ou report de l'entraide judiciaire

1. L'entraide judiciaire demandée pourra être refusée lorsque :
 - a) L'exécution de la demande d'entraide porte atteinte à la sécurité nationale, à l'ordre public ou aux intérêts essentiels de la Partie requise;
 - b) L'exécution de la demande est contraire à la législation nationale de la Partie requise ou n'est pas conforme aux dispositions du présent Traité;
 - c) L'exécution de la demande est contraire aux obligations internationales de la Partie requise;
 - d) La demande concerne des actes pour lesquels la personne inculpée dans la Partie requérante a déjà été condamnée ou acquittée pour les mêmes faits dans la Partie requise, ou s'il y a prescription de l'action pénale;
 - e) La demande d'entraide concerne des délits militaires qui n'entrent pas dans le champ d'application du droit pénal général;

f) La demande d'entraide se réfère à un délit considéré dans la Partie requise comme un délit politique. La Partie requise ne considère pas comme délits politiques les actes envisagés dans les traités internationaux dont les deux États sont parties;

g) Il existe des motifs fondés pour que la Partie requise croit que la demande d'entraide a été présentée afin d'inculper une personne en raison de sa race, de son sexe, de sa conviction religieuse, de sa nationalité, de son origine ethnique, de son appartenance à un groupe social déterminé ou de ses opinions politiques, ou que la situation de cette personne peut être affectée par l'une de ces raisons;

h) La demande d'entraide se réfère à un délit sanctionné par la peine de mort;

i) La demande d'entraide se rapporte à des faits à l'égard desquels la personne concernée par l'enquête ou par la procédure a été définitivement acquittée ou condamnée par la Partie requise; et

j) La demande d'entraide ne réunit pas les exigences du présent Traité.

2. Le secret bancaire ou fiscal ne pourra être utilisé comme argument pour refuser l'entraide.

3. La Partie requise pourra refuser ou différer l'exécution de la demande d'entraide lorsqu'elle considère que son exécution peut porter préjudice ou empêcher une enquête ou une procédure judiciaire en cours sur son territoire.

4. Avant de refuser ou de différer l'exécution d'une demande, la Partie requise peut examiner si l'entraide peut être accordée sous réserve des conditions qu'elle estime nécessaires. Si la Partie requérante accepte l'entraide à ces conditions, elle devra s'y conformer.

5. Si la Partie requise décide de refuser ou de différer l'entraide judiciaire, elle en informera la Partie requérante par le biais de son Autorité Centrale, en motivant sa décision.

Article 9. Validité des documents.

1. Les documents transmis dans le cadre du présent Traité, et certifiés par les Autorités Centrales ou compétentes de la Partie qui les envoie, seront acceptés sans légalisation ou autre forme d'authentification. Indépendamment de ce qui précède, et à la demande de la Partie requérante, les documents remis dans le cadre du présent Traité pourront être légalisés de manière différente conformément à ce qui est indiqué dans la demande d'entraide, si cela ne contredit pas la législation nationale de la Partie requise.

2. Aux fins du présent Traité, les documents qui sont reconnus comme officiels sur le territoire de l'une des Parties, sont reconnus comme tels dans le territoire de l'autre.

Article 10. Confidentialité et restrictions d'utilisation des renseignements

1. À la demande de l'Autorité Centrale de la Partie requérante, et conformément à sa législation nationale, la Partie requise assurera la confidentialité de la réception de la demande d'entraide, de son contenu, ainsi que toute action entreprise dans le cadre de celle-ci, sauf si la levée de celle-ci s'avère nécessaire pour l'exécution de la demande. Si,

pour l'exécution de la demande, la levée de la confidentialité s'avère nécessaire, le consentement de la Partie requérante sera demandé par écrit. Sans cette autorisation, la demande d'entraide ne sera pas exécutée.

2. La Partie requérante n'utilisera aucun renseignement ou preuve obtenue, par le biais du présent Traité à des fins autres que celles mentionnées dans la demande, sans autorisation préalable de la Partie requise.

3. Dans des cas particuliers, si la Partie requérante avait le besoin de divulguer et d'utiliser, dans sa totalité ou partiellement, des renseignements ou preuves obtenus à des fins différentes que celles spécifiées, elle devrait en demander l'autorisation à la Partie requise qui pourra accepter ou refuser, en tout ou en partie.

4. L'utilisation de renseignements ou de preuves obtenus dans le cadre du présent Traité pour l'enquête ou la procédure décrite dans la demande d'entraide et qui relèvent du domaine public dans la Partie requérante, ne sera pas soumise à la restriction visée au paragraphe précédent.

Article 11. Exécution des demandes d'entraide judiciaire

1. L'exécution de la demande d'entraide se fera conformément à la législation nationale de la Partie requise et conformément aux dispositions du présent Traité. La demande d'assistance sera exécutée dès que possible.

2. Sur demande de la Partie requérante, la Partie requise exécutera l'entraide selon les formes et procédures spéciales indiquées dans la demande, à moins que celles-ci soient incompatibles avec sa législation interne.

3. L'Autorité Centrale de la Partie requise restitue en temps opportun à l'Autorité Centrale de la Partie requérante les informations et les preuves obtenues suite à l'exécution de la demande.

4. S'il ne lui est pas possible d'exécuter l'ensemble ou une partie de la demande, totalement ou partiellement, l'Autorité Centrale de la Partie requise le fera savoir immédiatement à l'Autorité Centrale de la Partie requérante et elle en communiquera les raisons.

Article 12. Participation de représentants de la Partie requérante lors de l'exécution de la demande d'entraide

1. La Partie requérante peut demander à la Partie requise qu'elle autorise la présence de représentants de ses autorités compétentes lors de l'exécution de la demande d'assistance, et peut ainsi demander, lors de la déposition d'un témoignage, de rapports d'expertise ou, le cas échéant, lors de déclarations du suspect, que ses représentants puissent poser des questions par le biais de l'autorité compétente de la Partie requise.

2. La présence et la participation de représentants doivent être autorisées au préalable par la Partie requise, qui informe à l'avance la Partie requérante de la date et du lieu d'exécution de la demande d'assistance.

3. La Partie requérante remet la liste des noms, avec leurs fonctions et le motif de la présence de ses représentants, dans un délai raisonnable avant la date d'exécution de la demande d'assistance.

Article 13. Signification et remise de documents

1. Conformément à la demande d'entraide, l'Autorité Centrale de la Partie requise procède sans tarder à l'élaboration ou aux formalités de remise des actes de procédure.

2. L'exécution de la demande d'entraide est accréditée par le biais d'un acte de reçu de signification, daté et signé par le destinataire, ou par le biais d'une déclaration de l'autorité compétente de la Partie requise, qui atteste du fait, de la date et des modalités de la signification.

Article 14. Immunités, droits et incapacités

1. Si une personne qui pourrait être préjudiciée par l'exécution de la demande d'entraide invoque l'immunité, le droit ou l'incapacité, selon la législation nationale de la Partie requise, cela sera réglé par l'autorité compétente de la Partie requise avant l'exécution de la demande d'entraide, et elle en informera la Partie requérante par l'intermédiaire de l'Autorité Centrale.

2. Si une personne invoque l'immunité, le droit ou l'incapacité en vertu de la législation interne de la Partie requérante, cette allégation devra être communiquée par le biais des Autorités Centrales respectives, afin que les autorités compétentes de la Partie requérante puissent prendre une décision à ce sujet.

Article 15. Obtention de preuves dans la Partie requise

1. La Partie requise rassemble sur son territoire les déclarations de témoins et des victimes, les rapports d'expertise, les documents, objets et autres pièces à conviction mentionnées dans la demande d'entraide, conformément à sa législation nationale, et les transmet à la Partie requérante.

2. À la demande préalable de la Partie requérante, l'Autorité Centrale de la Partie requise communique à ladite autorité de l'autre Partie la date et le lieu de déposition du témoignage ou de réception des preuves demandées.

3. Conformément au paragraphe 1 du présent article, la Partie requise remet à la Partie requérante les comptes rendus des démarches effectuées, ainsi que les documents, actes, archives, preuves ou objets pour lesquels la demande a été formulée.

4. Aux fins de l'exécution de la demande d'entraide, l'autorité compétente de la Partie requise pourra citer à comparaître les personnes dont la présence est requise pour témoigner ou présenter des documents, des archives ou des objets, dans les mêmes conditions que celles prévues pour les enquêtes et procédures pénales dans ladite Partie.

5. La Partie requérante respectera toutes les conditions convenues avec la Partie requise concernant les documents ou les objets remis, y compris la protection du droit de tierces parties sur de tels documents ou objets.

6. Des copies certifiées conformes par l’Autorité Centrale ou compétente de la Partie requise seront remises, à moins que les documents originaux ne soient expressément demandés. La Partie requise pourra refuser la remise des documents originaux si ceux-ci devaient être nécessaires à une procédure pénale en cours dans son territoire.

7. Sur demande de la Partie requise, la Partie requérante restitue dès que possible les originaux des documents et objets qui lui ont été remis, en conformité avec les dispositions du paragraphe 1 du présent article.

Article 16. Localisation et identification de personnes et d’objets

Sur demande de la Partie requérante, les autorités compétentes de la Partie requise adopteront toutes les mesures envisagées dans leur législation nationale en vue de localiser et d’identifier les personnes et les objets indiqués dans la demande d’entraide.

Article 17. Comparution de personnes sur le territoire de la Partie requérante

1. Lorsque la Partie requérante demande la comparution d’une personne en qualité de témoin, de victime ou d’expert afin de témoigner, de rendre un rapport d’expertise, ou pour tout autre acte de la procédure, et que cette personne se trouve sur le territoire de la Partie requise, cette dernière procédera à la citation à comparaître de ladite personne et à son transfèrement selon les termes de la demande d’entraide formulée.

2. Le transfèrement de la personne ne pourra se faire que si cette dernière exprime son accord par écrit. En outre, elle jouira des garanties suivantes dans la Partie requérante :

a) Elle ne pourra faire l’objet d’aucune mesure de contrainte ou de sanction dans le cas où elle refuserait de comparaître sur le territoire de la Partie requérante;

b) Elle ne sera pas jugée, détenue ou soumise à toute autre restriction de liberté personnelle dans cette Partie pour des faits délictuels commis avant son départ de la Partie requise. Elle sera toutefois responsable du contenu de sa déposition de témoignage ou du rapport d’expertise qu’elle rend. La garantie visée au présent alinéa ne s’appliquera pas si la personne n’abandonne pas le territoire de l’État requérant, alors qu’elle y a été autorisée, pendant une période de trente (30) jours après avoir été avertie officiellement que sa présence n’était plus requise ou si, après l’avoir quitté, elle revient volontairement dans le territoire de l’État requérant; et

c) Elle ne peut pas être obligée à comparaître dans un procès autre que celui spécifié dans la demande.

3. La citation que la Partie requise transmet à la personne doit mentionner les garanties ou immunités auxquelles se rapporte le paragraphe antérieur et signaler que les frais de transfèrement sont à charge de la Partie requérante, conformément aux dispositions de l’article 31.

4. La Partie requise ne pourra sanctionner la personne ou appliquer de mesures de contrainte à son égard, dans le cas où celle-ci ne comparaitrait pas.

Article 18. Transfèrement temporaire de personnes détenues

1. Toute personne détenue, indépendamment de sa nationalité, pourra être transférée temporairement vers la Partie requérante, avec le consentement de l'Autorité Centrale de la Partie requise, afin de témoigner comme témoin, victime ou pour d'autres actes de procédure mentionnés dans la demande, à condition que le détenu soit renvoyé vers la Partie requise dans le délai indiqué par cette dernière.

2. Le délai initial pour le transfèrement de la personne ne pourra être supérieur à quatre-vingt-dix (90) jours. La durée du séjour de la personne transférée pourra être étendue par l'Autorité Centrale de la Partie requise, par le biais d'une demande motivée de l'Autorité Centrale de la Partie requérante. La forme et les conditions du transfèrement et du retour de la personne seront convenues d'un commun accord entre les Autorités Centrales des Parties.

3. Le transfèrement sera refusé :

- a) Si la personne détenue n'y consent pas par écrit;
- b) Si sa présence est nécessaire pour le déroulement d'un procès judiciaire en cours sur le territoire de la Partie requise;
- c) Si la durée du séjour de la personne dans la Partie requérante peut entraîner une prolongation de la condamnation à détention dans la Partie requise; ou
- d) Le transfèrement de la personne sur le territoire de la Partie requérante met en danger sa sécurité, sa santé ou sa vie.

4. La Partie requérante doit maintenir la personne transférée en détention et assurer sa protection pendant qu'elle séjourne sur son territoire. Si les autorités de la Partie requise lèvent la mesure de détention de la personne transférée, la Partie requérante doit la renvoyer immédiatement à la Partie requise.

5. La durée du séjour de la personne transférée sur le territoire de la Partie requérante est prise en compte aux fins de l'accomplissement de la condamnation pénale prononcée dans la Partie requise.

6. La personne détenue qui ne donne pas son consentement pour comparaître devant la Partie requérante ne sera soumise pour ce motif à aucune sanction ni à aucune mesure de contrainte.

Article 19. Protection des personnes citées ou transférées vers la Partie requérante

Quand cela est nécessaire, la Partie requérante assurera la protection des personnes citées à comparaître ou transférées sur son territoire, conformément aux dispositions des articles 17 et 18 du présent Traité.

Article 20. Audience par vidéoconférence

1. Toute personne appelée à déposer une déclaration en tant que témoin ou expert auprès des autorités judiciaires ou du ministère public de la Partie requérante, et qui se

trouve sur le territoire de la Partie requise, pourra demander que l'audience se déroule par vidéoconférence, conformément aux dispositions du présent article.

2. La Partie requise consent à la réalisation de l'audience par vidéoconférence dans la mesure où cela n'est pas contraire à sa législation. Si la Partie requise ne dispose pas des moyens techniques nécessaires pour une vidéoconférence, la Partie requérante pourra les mettre à sa disposition.

3. Les règles suivantes s'appliqueront à l'audience par vidéoconférence :

a) L'audience a lieu en présence de l'autorité compétente de la Partie requise, aidée le cas échéant par un interprète. L'autorité est également responsable de l'identification de la personne qui effectue la déposition, ainsi que du respect des principes fondamentaux de la législation interne de la Partie requise. Si l'autorité de la Partie requise considère que les principes fondamentaux de son droit interne ne sont pas respectés pendant le déroulement de l'audience, elle adoptera immédiatement les mesures nécessaires pour veiller à ce que l'audience se poursuive conformément auxdits principes;

b) Les autorités compétentes des Parties conviendront, le cas échéant, des mesures relatives à la protection de la personne qui effectue la déposition;

c) L'audience est effectuée directement par la Partie requérante ou sous sa direction, conformément à sa législation interne; et

d) À la fin de l'audience, la Partie compétente de la Partie requise dresse un procès-verbal reprenant la date et le lieu de l'audience, l'identité de la personne qui a déposé sa déclaration, le contenu de celle-ci, ainsi que les identités et fonctions des autres personnes qui ont participé à l'audience. Ledit document doit être transmis à la Partie requérante.

Article 21. Cas particuliers

La Partie requise présentera dans des cas particuliers, dans la mesure où ses autorités compétentes peuvent les obtenir, des extraits de casiers judiciaires et/ou de documents et objets qui seraient nécessaires pour une enquête ou une procédure judiciaire, à moins que ces documents et objets ne contiennent des renseignements qui constituent un secret d'État.

Article 22. Transmission spontanée d'éléments de preuve et de renseignements

1. Par le biais des Autorités Centrales et dans les limites de leurs législations internes, les autorités compétentes de chacune des Parties pourront, sans avoir à introduire de demande d'entraide, échanger des renseignements et des éléments de preuve concernant des faits punissables en matière pénale lorsqu'elles estiment que ces informations peuvent permettre à l'autre Partie de :

a) Présenter une demande d'entraide judiciaire conformément aux dispositions du présent Traité;

b) Démarrer des procédures pénales; ou

c) Faciliter le déroulement d'une enquête criminelle en cours.

2. La Partie qui transmet les informations pourra, conformément à sa législation interne, soumettre leur utilisation par l'autorité destinataire à certaines conditions. La Partie destinataire sera obligée de respecter lesdites conditions.

Article 23. Mesures concernant des actifs ou des biens

1. La Partie requérante notifiera à la Partie requise les raisons qu'elle a de croire que les objets, produits ou instruments d'un délit se situent sur le territoire de cette Partie.

2. Lorsque les actifs ou les biens sont localisés, l'autorité compétente de la Partie requise, à la demande de la Partie requérante, ordonne la sécurisation de ceux-ci, et prend les mesures nécessaires pour éviter leur transaction, transfert, cession ou destruction, pour autant que sa législation interne le permette.

3. La coopération visée aux paragraphes 1 et 2 du présent article sera basée sur les dispositions du présent Traité, ainsi que sur les dispositions correspondantes de la Convention des Nations Unies contre la criminalité transnationale organisée, adoptée en l'an 2000, en particulier ses articles 2, 12, 13 et 14, et sera applicable non seulement aux délits prévus dans cette Convention et dans ses Protocoles en vigueur pour les Parties, mais également à tout autre délit.

Article 24. Confiscation d'actifs ou de biens

1. Dans le cas où l'entraide concernerait la confiscation d'objets, de produits ou d'instruments du délit, l'autorité compétente de la Partie requise pourra, si sa législation interne le permet :

- a) Exécuter l'ordre de confiscation prononcé par une autorité compétente de la Partie requérante; ou
- b) Démarrer une procédure en vue d'obtenir un ordre de confiscation conforme à sa législation interne.

2. Outre les exigences signalées à l'article 6 du présent Traité, la demande doit comprendre les éléments suivants :

- a) Une copie de l'ordre de saisie, dûment certifiée conforme par l'autorité qui l'a délivrée;
- b) Des informations concernant les preuves qui sont à la base de l'ordre de confiscation qui a été prononcé; et
- c) La mention que le jugement est définitif. La Partie requise ne pourra renoncer à cette exigence.

3. Dans tous les cas, les droits de tiers de bonne foi qui peuvent être affectés par l'exécution de l'ordre de confiscation dans l'État requis doivent être respectés.

Article 25. Restitution d'actifs ou de biens

1. Lorsqu'un délit a été commis dans la Partie requérante et qu'un jugement a été prononcé, les actifs ou les biens saisis par la Partie requise pourront être restitués à la Partie requérante.

2. Les droits réclamés par des tiers de bonne foi sur ces actifs ou sur ces biens devront être respectés.

Article 26. Restitution de fonds publics obtenus illégalement et saisis

1. La restitution de fonds publics obtenus illégalement et saisis se fera sur la base des dispositions du présent Traité, ainsi que des dispositions correspondantes de la Convention des Nations Unies contre la corruption, adoptée en 2003, en particulier dans son Chapitre V.

2. En règle générale, la restitution se fera après le jugement prononcé dans la Partie requise. Cependant, celle-ci pourra restituer les actifs ou les biens avant la conclusion de ses procédures.

Article 27. Demandes de division d'actifs ou de biens saisis

1. La Partie requise pourra demander à la Partie requérante de diviser les actifs ou les biens confisqués, conformément aux dispositions du présent Traité, en incluant dans sa demande :

a) La description de la coopération fournie, en donnant suffisamment de détails pour permettre à la Partie requérante d'identifier les actifs ou les biens confisqués;

b) L'organe ou les organes gouvernementaux impliqués dans l'exécution de la coopération; et

c) La proportion d'actifs ou de biens confisqués qui, selon elle, correspond à l'entraide fournie.

2. Si la Partie requérante considère qu'il y a eu coopération de la Partie requise, elle pourra, de commun accord avec l'autre Partie, diviser ces actifs ou ces biens confisqués afin de les partager entre elles. La demande de division d'actifs ou de biens confisqués devra se faire dans l'année suivant la date à laquelle le jugement a été prononcé, à moins que les Parties n'en décident autrement.

3. La Partie requérante devra informer au plus vite la Partie requise, par l'intermédiaire de son autorité centrale, du résultat de la demande, en motivant sa décision.

4. Lorsqu'il y a des victimes identifiables, la décision concernant leurs droits pourra précéder la division entre les Parties des actifs ou des biens confisqués.

5. Lorsque la valeur, convertie en argent, des actifs ou des biens confisqués, ou lorsque l'assistance fournie par la Partie requise est considérée comme mineure par les deux Parties, celles-ci pourront décider de ne pas effectuer de division.

Article 28. Paiement des actifs ou des biens divisés.

1. Le résultat de la division convenue entre les Parties sera payé dans la monnaie déterminée par les Parties de commun accord, et la somme sera versée par transfert électronique ou par chèque.

2. Le paiement sera effectué :

a) À l'organisme compétent ou sur le compte bancaire désigné par l'Autorité Centrale mexicaine, quand les États-Unis du Mexique constituent la Partie requise;

b) Lorsque la République fédérative du Brésil constitue la Partie requise, la somme sera versée sur le compte bancaire de la République fédérative du Brésil désigné par l'Autorité Centrale brésilienne; ou

c) À tout autre bénéficiaire ou bénéficiaires que la Partie requérante désigne à cet effet.

Article 29. Imposition de conditions

À moins que les Parties n'en conviennent autrement, aucune d'elles ne pourra imposer des conditions quant à l'utilisation du résultat de la division des actifs ou des biens confisqués et, en particulier, exiger la division avec tout autre État, organisation ou individu.

Article 30. Mécanismes destinés à faciliter la coopération judiciaire internationale en matière pénale

1. Les Parties coopèrent en outre selon les modalités suivantes :

a) Échange d'expériences en matière d'enquêtes criminelles, de terrorisme, de corruption, de trafic de personnes, de stupéfiants et de produits chimiques, de blanchiment de capitaux, de crime organisé et délits connexes, entre autres;

b) Échange d'informations sur les réformes de leurs systèmes judiciaires respectifs et sur les nouveaux critères de jurisprudence dans les domaines couverts par le présent Traité; et

c) Formation et recyclage continu des fonctionnaires chargés des enquêtes et des procédures pénales.

2. Pour la réalisation des activités et des rencontres prévues dans le présent Traité, les Autorités Centrales décideront de la méthodologie à utiliser selon le cas, ainsi que leur durée et le nombre de participants.

Article 31. Coûts

1. La Partie requise assume les frais ordinaires relatifs à l'exécution de demandes d'entraide judiciaire, à l'exception des frais suivants qui sont pris en charge par la Partie requérante :

a) Les frais relatifs au transport des personnes vers son territoire et à leur retour, conformément aux articles 17 et 18 du présent Traité, et les frais de leur séjour sur le territoire de la Partie requérante, ainsi que les autres frais personnels liés au déroulement de l'entraide;

b) Les frais et honoraires des experts;

c) Les coûts relatifs au transport et au séjour des représentants des autorités compétentes de la Partie requérante pendant l'exécution de la demande, conformément aux dispositions au paragraphe 1 de l'article 12 du présent Traité; et

d) Les coûts relatifs à l'expédition et à la restitution d'objets transférés du territoire de la Partie requise au territoire de la Partie requérante.

2. Au cas où la demande requiert des frais importants ou de nature extraordinaire, les Autorités Centrales des Parties se consultent en vue de déterminer les termes et conditions auxquels l'entraide demandée doit être octroyée, ainsi que les modalités de la répartition des coûts.

Article 32. Autres accords ou instruments juridiques

1. Les dispositions du présent Traité n'empêchent pas une demande d'entraide plus étendue qui aurait été convenue entre les Parties conformément aux dispositions d'autres conventions ou instruments juridiques ou en fonction de son droit interne.

2. Les Parties veilleront à l'adoption de toutes les mesures nécessaires pour rendre efficaces les dispositions du présent Traité.

Article 33. Consultations et règlement de différends

1. Sur proposition d'une des Autorités Centrales des Parties, celles-ci se consultent quant aux problèmes d'interprétation ou d'application du présent Traité en général, ou par rapport à une demande concrète.

2. Tout litige issu de l'interprétation ou de l'application du présent Traité sera résolu par la voie diplomatique.

Article 34. Dispositions finales

1. Le présent Traité entre en vigueur trente (30) jours après la date de la réception de la dernière notification par laquelle les Parties s'informent mutuellement, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des procédures légales internes en vue de son entrée en vigueur.

2. Le présent Traité peut être modifié sur consentement mutuel des Parties et les modifications entreront en vigueur conformément à la procédure établie au paragraphe 1 du présent article.

3. Le présent Traité peut être dénoncé par l'une ou l'autre Partie. La dénonciation prendra effet cent quatre-vingts (180) jours après la réception par l'une des Parties, par la voie diplomatique, de la notification écrite de l'autre Partie lui signalant son intention de le dénoncer.

4. La fin du présent Traité n'affectera par la conclusion des demandes d'entraide qui auraient été reçues alors qu'il était encore en vigueur.

FAIT en la ville de Mexico, le six (6) août deux mille sept (2007), en deux exemplaires originaux en langue espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour les États-Unis du Mexique :

EDUARDO TOMÁS MEDINA MORA ICAZA
Le Procureur général de la République

Pour la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM
Le Ministre des affaires étrangères